



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

**ORGANIZAÇÃO DO ACERVO EM BIBLIOTECAS ESCOLARES
PÚBLICAS: UM ESTUDO NO DISTRITO FEDERAL**

Jéssica Oliveira dos Santos

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2024

JÉSSICA OLIVEIRA DOS SANTOS

**ORGANIZAÇÃO DO ACERVO EM BIBLIOTECAS ESCOLARES: UM ESTUDO NO
DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

OO48o Oliveira dos Santos, Jéssica
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO EM BIBLIOTECAS ESCOLARES PÚBLICAS:
UM ESTUDO NO DISTRITO FEDERAL / Jéssica Oliveira dos Santos;
orientador Rita de Cássia do Vale Caribé. -- Brasília,
2024.
62 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade
de Brasília, 2024.

1. Biblioteca escolar. 2. Organização do acervo. 3.
Classificação bibliográfica. 4. Distrito Federal. 5.
Biblioteconomia. I. de Cássia do Vale Caribé, Rita , orient.
II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: ORGANIZAÇÃO DO ACERVO EM BIBLIOTECAS ESCOLARES PÚBLICAS: UM ESTUDO NO DISTRITO FEDERAL

Autor(a): Jessica Oliveira dos Santos

Monografia apresentada em **07 de maio de 2024** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Greyciane Souza Lins



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia do Vale Caribe, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 07/06/2024, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 07/06/2024, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Greyciane Souza Lins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 08/06/2024, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11303165** e o código CRC **41BEB2CC**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a minha querida avó que, mesmo não estando mais entre nós, foi um exemplo de força para mim e sempre vibrou com minhas conquistas.

Aos meus amados pais, Silane e Francisco Cláudio, cuja inspiração, força e apoio foram fundamentais para cumprir mais essa etapa da minha vida. Mesmo à distância, sinto o orgulho e alegria de vocês por cada vitória minha. Amo vocês.

À minha irmã, Vitória, por estar sempre comigo, por me entender, me apoiar e me ouvir. Obrigada pela companhia e palavras de encorajamento, elas foram minha âncora nos momentos difíceis e minha força nas decisões importantes.

Agradeço ao meu bem Leopoldo, por seu carinho, amor e companheirismo. Obrigada pelo apoio incansável e pelas horas dedicadas ao meu lado na Biblioteca Nacional de Brasília enquanto eu trabalhava nesta monografia.

Ao meu tio, Jaziel, que me acolheu de braços abertos em sua casa e me deu todo suporte para manter meus estudos na UnB. Obrigada pelo apoio, pelo lar, pelos momentos de diversão e por me inspirar a cada dia.

Agradeço também aos meus amigos, por todas as palavras de apoio e incentivo. Em especial às amigas Brenda e Heloisa, a melhor amizade que a universidade me deu. Obrigada por estarem presentes nos momentos incríveis e difíceis da graduação, pela companhia nos almoços do RU e pelos perrengues que passamos com as matérias e trabalhos que fizemos juntas. A amizade de vocês é algo que quero levar para além da universidade.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Rita de Cássia do Vale Caribé, cujo apoio desde os primeiros passos do Programa de Iniciação Científica até a jornada de escrever este TCC foi inestimável. Sua consideração, agilidade, orientação e dicas foram cruciais para a realização deste trabalho. Estou profundamente grata pela sua dedicação e apoio em cada fase deste processo.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo investigar as metodologias de organização de acervos em bibliotecas escolares públicas do Distrito Federal, considerando sua importância para o acesso à informação e desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Assim, procura-se saber: “como se encontra a organização física dos recursos informacionais nas bibliotecas escolares públicas do Distrito Federal, e de que forma a carência de profissionais especializados impacta essa estruturação?”. A partir da análise da situação atual das bibliotecas escolares e da observação dos métodos de organização adotados, foram identificadas diversas abordagens, muitas delas informais, aleatórias e improvisadas, refletindo a criatividade e adaptabilidade dos profissionais responsáveis. No entanto, a falta de uma classificação formal compromete a acessibilidade aos recursos informacionais e, conseqüentemente, o estímulo à leitura. Os resultados levaram à conclusão de que os métodos de organização adotados pelas bibliotecas escolares do DF, embora válidos e interessantes de serem analisados, fogem do padrão de classificação bibliográfica utilizadas pelos bibliotecários, podendo levar à desorganização, desatualização do acervo e perda de informações importantes. Desse modo, foi constatado que a presença de bibliotecários qualificados é fundamental para implementar metodologias de ordenação de materiais de forma eficaz, proporcionando uma gestão mais eficiente da biblioteca, bem como, a facilitação na localização dos materiais, promoção da leitura e melhoria da qualidade do acervo. Conclui-se que a realidade das bibliotecas escolares públicas do Distrito Federal é desafiadora, portanto, isso destaca não só a urgência de investimentos, mas também a valorização dessas instituições para garantir um acesso democrático ao conhecimento, à informação e leitura.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; Organização do acervo; Classificação bibliográfica; Acesso à informação; Biblioteconomia; Distrito Federal.

ABSTRACT

This research aims to investigate the methodologies for organizing collections in public school libraries in the Federal District, considering their importance for students' access to information and academic development. Thus, it seeks to understand: "how is the physical organization of informational resources in public school libraries in the Federal District, and how does the lack of specialized professionals impact this structuring?" Through analysis of the current situation of school libraries and observation of the adopted organization methods, several approaches were identified, many of them informal, random, and improvised, reflecting the creativity and adaptability of the responsible professionals. However, the lack of a formal classification compromises accessibility to informational resources and, consequently, reading stimulation. The results led to the conclusion that the organization methods adopted by DF school libraries, while valid and interesting to analyze, deviate from the bibliographic classification standards used by librarians, potentially leading to disorganization, outdated collections, and loss of important information. Thus, it was found that the presence of qualified librarians is fundamental to implementing effective material organization methodologies, providing more efficient library management, as well as facilitating material location, promoting reading, and improving collection quality. It is concluded that the reality of public school libraries in the Federal District is challenging, highlighting not only the urgency of investments but also the valorization of these institutions to ensure democratic access to knowledge, information, and reading.

Keywords: School library; Collection organization; Bibliographic classification; Access to information; Librarianship; Brazil Federal District.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Organização das biografias	47
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Biblioteca escolar do CEM 02	49
Figura 2 - Livros técnicos organizados na biblioteca do CEM 02.....	50
Figura 3 - Séries na biblioteca do CEM 02.....	51
Figura 4 - Biblioteca do CEF 05 de Sobradinho	51
Figura 5 - Categorias na biblioteca do CEF 05 de Sobradinho.....	52
Figura 6 - Estante na biblioteca do CEF 05 de Sobradinho	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Existência de Biblioteca em Escolas Públicas, por Etapa de Ensino.....	24
Quadro 2 - Alunos Matriculados em Escolas Públicas, por Etapa de Ensino, considerando a existência de Biblioteca	24
Quadro 3 - Existencia de Bibliotecário nas Escolas Públicas com Biblioteca por Rede de Ensino	25
Quadro 4 - Legislação referente à Biblioteca Escolar – posteriores à Lei nº 12.244 – Regiões do Brasil.....	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Regiões administrativas.....	41
Gráfico 2 - Escolas que possuem bibliotecas.....	42
Gráfico 3 - Escolas que possuem profissionais.....	42
Gráfico 4 - Formação dos profissionais responsáveis pelas bibliotecas escolares.....	43
Gráfico 5 - Bibliotecas que estão organizadas.....	44
Gráfico 6 - Bibliotecas que estão em funcionamento.....	44
Gráfico 7 - Tipos de documentos que integram o acervo.....	44
Gráfico 8 - Quantidade de livros técnicos que integram o acervo.....	45
Gráfico 9 - Quantidade de livros literários e obras de ficção que integram o acervo.....	45
Gráfico 10 - Organização dos livros técnicos nas estantes.....	46
Gráfico 11 - Organização dos livros de literatura e obras de ficção.....	46
Gráfico 12 - Biografias.....	47
Gráfico 13 - Tipo de Classificação.....	48
Gráfico 14 - Tipos de metodologias para organização.....	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	Definição do problema e justificativa	15
2.2	Objetivos da pesquisa	16
2.2.1	Objetivo geral	16
2.2.2	Objetivos específicos	16
3	REVISÃO DE LITERATURA	17
3.1	Biblioteca Escolar (BE)	17
3.2	Panorama histórico da biblioteca escolar no Brasil	19
3.3	Situação atual das bibliotecas escolares brasileiras	23
3.3.1	Acervo	25
3.4	Biblioteca Escolar no Distrito Federal	29
3.4.1	Políticas e normas nacionais e distritais	30
3.4.2	Situação das bibliotecas escolares no Distrito Federal	36
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	41
6	DISCUSSÃO E CONCLUSÃO.....	54
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas escolares são ambientes cruciais no suporte ao ensino e aprendizado nas escolas, especialmente nas públicas, as quais têm a responsabilidade de promover e democratizar o acesso ao conhecimento. Em razão disso, as bibliotecas nas escolas públicas devem assegurar e incentivar o ensino acadêmico para que os estudantes possam desenvolver o senso crítico, moral, ético, cooperativo, além de garantir acesso à leitura e informação de forma gratuita e democrática. As *Diretrizes da IFLA / UNESCO para a Biblioteca Escolar* (2005, p. 4) definem que esses espaços propiciam:

[...] informação e idéias que são fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na sociedade atual, cada vez mais baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar habilita os alunos para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve sua imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

É, portanto, papel da biblioteca escolar pública “oferecer apoio para a função educativa na escola e é indispensável à educação em geral, contribuindo para a formação de estudantes críticos e abertos a ponderações” (Amaral, 2009, p. 163). Nesse sentido, ao observar o caráter educativo das bibliotecas nas instituições públicas de ensino e sua importância para o acesso à informação e construção de um pensamento crítico nos estudantes, questionou-se como se dá a organização desse conhecimento, isto é, quais métodos inclusive de classificação de acervo são adotados por essas unidades de informação, visto que um acervo organizado torna mais fácil a recuperação do item, bem como, proporciona rápido acesso ao recurso informacional solicitado pelo usuário, no caso aqui em questão, o aluno.

Além disso, observa-se que a falta da organização adequada do acervo pode impactar na acessibilidade, disponibilidade e eficácia dos recursos informacionais disponíveis para o pleno proveito do conhecimento, aprendizado e usufruto da leitura. Para isso, foi essencial desenvolver e atingir os seguintes objetivos específicos: evidenciar as metodologias adotadas para organização física de recursos informacionais em bibliotecas escolares públicas do Distrito Federal; analisar os métodos alternativos de organização adotados; avaliar o potencial dessas metodologias, suas vantagens e desvantagens em relação aos métodos tradicionais adotados na Biblioteconomia.

O estudo decorreu do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília,

intitulado “*Levantamento das metodologias adotadas para organização física de recursos informacionais em bibliotecas escolares públicas*”, realizado pela autora da presente monografia, pela colega Karine Almeida Reis, tendo como orientadora a Professora Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé. Assim, este trabalho torna-se relevante na atualidade para a área de Classificação, visto que se pretende ampliar e fazer uma abordagem crítica acerca da real situação das bibliotecas escolares públicas do DF, visando que a discussão leve ao aprimoramento da organização do acervo e à promoção de melhores práticas na gestão bibliotecária, buscando a melhoria do ambiente educacional, bem como, o fortalecimento do papel das bibliotecas escolares como espaços de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico.

Assim sendo, este trabalho foi organizado em seis capítulos: o primeiro é dedicado a introdução que descreve, de forma sucinta, a importância das bibliotecas nas instituições públicas de ensino, bem como, a relevância de desenvolver métodos de organização de acervo adequados. O segundo capítulo foi destinado à justificativa e definição do problema, no qual é explicado qual foi a motivação para a produção deste trabalho. No terceiro capítulo foi realizada uma revisão de literatura dividida em quatro tópicos: o primeiro aborda algumas definições sobre Biblioteca Escolar (BE); o segundo traz um panorama histórico da biblioteca escolar no Brasil; o terceiro tópico expõe a situação atual das bibliotecas escolares brasileiras, contendo um subtópico sobre a importância e disponibilidade do acervo; o quarto tópico analisa como funciona biblioteca escolar no DF, contendo dois subtópicos, o primeiro trata das políticas e normas nacionais e distritais acerca do tema; e o segundo, por sua vez, evidencia a situação atual das bibliotecas escolares no Distrito Federal. No quarto capítulo foram explicados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização da pesquisa. No quinto capítulo, foi apresentada a análise dos resultados. Por fim, no sétimo capítulo, foi relatada a discussão dos resultados encontrados nas entrevistas realizadas pela autora, assim como, a conclusão do trabalho.

2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda o problema que motivou a pesquisa e a justificativa que possibilitou a realização do trabalho, assim como o que se almeja alcançar com esta pesquisa.

2.1 Definição do problema e justificativa

As escolas públicas, além de ter como objetivo principal fornecer uma educação capaz de viabilizar o mínimo de qualidade social para todos seus estudantes, facilitam o acesso ao conhecimento e contribuem para o desenvolvimento intelectual do indivíduo. Para Kant (1999, p.15), “o homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz”. Nesse sentido, as bibliotecas integradas às instituições públicas de ensino têm papel fundamental na luta para o cumprimento desses objetivos. Compreende-se, portanto, essas unidades informacionais como sendo mais que um mero espaço onde os livros são depositados:

A biblioteca escolar é uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional. Constitui parte integral do sistema educacional e participa de seus objetivos, metas e fins. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e a formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões na aula (OEA, 1985, p. 22 apud Pajeú; Almeida, 2020, p. 9).

Contudo, para o alcance dos objetivos e metas do sistema educacional, não basta apenas constituir uma biblioteca na instituição de ensino público, é preciso também desenvolver métodos de organização adequados ao material bibliográfico que a unidade informacional irá abarcar, uma vez que acervos bem organizados facilitam a recuperação dos recursos informacionais e proporcionam um acesso mais rápido ao conhecimento.

Segundo Aguiar (2013), a escolha de um sistema de classificação, além de determinar o uso do acervo, também influencia diretamente na formação intelectual do usuário. Entretanto, a grande maioria das bibliotecas escolares públicas do Brasil encontra-se em uma situação crítica no que se refere à infraestrutura, acervo, suportes

audiovisuais e informáticos, além da ausência de profissionais graduados em Biblioteconomia para gerenciar esses espaços.

Desse modo, foi tendo o conhecimento do caráter educativo das bibliotecas escolares públicas, sua importância para o acesso à informação e construção de um pensamento crítico nos estudantes, que surgiu o interesse de desenvolver a pesquisa aqui proposta, a qual se desdobrou do projeto “*Levantamento das metodologias adotadas para organização física de recursos informacionais em bibliotecas escolares públicas*”, realizado no Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e desenvolvido pela presente autora. Nesse sentido, procurou-se saber se as bibliotecas escolares da rede pública do Distrito Federal têm desenvolvido métodos para a classificação de seus acervos e quais são essas práticas.

Portanto, pretende-se dispor, ao longo da monografia, acerca da importância de um acervo devidamente organizado para a melhoria da qualidade da educação oferecida aos estudantes da rede pública do Distrito Federal, bem como sobre a presença do profissional qualificado nesse processo. Isso posto, este estudo visa não apenas analisar as técnicas de organização do conhecimento utilizadas nessas unidades, mas também investigar como se dá o gerenciamento das bibliotecas escolares públicas.

Diante do exposto pergunta-se: Como se encontra a organização física dos recursos informacionais nas bibliotecas escolares públicas do Distrito Federal, e de que forma a carência de profissionais especializados impacta essa estruturação?

2.2 Objetivos da pesquisa

2.2.1 Objetivo geral

Diagnosticar a situação em que se encontram as bibliotecas escolares públicas do Distrito Federal no que se refere às metodologias utilizadas na organização dos recursos bibliográficos, com foco na identificação e análise dos desafios enfrentados devido à ausência de profissionais especializados.

2.2.2 Objetivos específicos

- Verificar as metodologias adotadas para organização de recursos informacionais nas bibliotecas escolares públicas das regiões administrativas do Distrito Federal;

- Identificar os métodos alternativos de organização;
- Mapear a legislação relativa às bibliotecas escolares.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Biblioteca Escolar (BE)

Considerando a natural complexidade inerente ao processo de conceituação, pretende-se, a seguir, fazer uma abordagem que permita uma compreensão mais precisa do conceito de biblioteca escolar, utilizando como base a análise das definições encontradas na literatura especializada.

As bibliotecas escolares desempenham um papel fundamental no apoio ao ensino e aprendizado, especialmente nas instituições públicas de ensino que, em virtude de seu caráter educacional, devem assegurar e incentivar a formação acadêmica dos estudantes, auxiliando no desenvolvimento do senso crítico, moral, ético, cooperativo, além de garantir acesso à leitura, conhecimento e informação de forma gratuita e democrática. O documentode *Diretrizes da IFLA* define biblioteca escolar (BE) como sendo:

[...] um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural. Este lugar físico e digital é designado por vários termos (por exemplo, centro de media, centro de documentação e informação, biblioteca/centro de recursos, biblioteca/centro de aprendizagem), mas biblioteca escolar é o termo mais utilizado e aplicado às instalações e funções (IFLA, 2015, p. 19).

Percebe-se que o conceito determinado pela IFLA parte do pressuposto que a biblioteca escolar se constitui num ambiente que influencia o uso da imaginação e criatividade como fator essencial na formação do pensamento crítico do aluno. Assim, outro conceito similar, também direcionado para o caráter excepcional da BE, é apresentado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB):

A Biblioteca Escolar é um espaço físico de aprendizagem voltado para a leitura, a pesquisa, a criatividade, a convivência e a cultura dos membros da comunidade escolar, que promove a socialização de experiências e trocas de conhecimento visando formar cidadãos críticos e autônomos. (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2023, p. 5).

Da mesma forma, Campello (2008, p. 11) compartilha essa concepção de preparar o aluno para vivências que extrapolam as atividades escolares, englobando experiências do

dia a dia. Segundo a autora, a biblioteca escolar é um ambiente que estimula a criatividade ao utilizar a informação. Isto significa que, ao refletir o ambiente informacional da sociedade contemporânea, a biblioteca tem o potencial, por meio de suas atividades, de preparar os alunos para os desafios do mundo real, tanto como futuros profissionais quanto como cidadãos ativos.

Para além dessa definição, alguns autores definem biblioteca escolar de acordo com sua função primordial de acesso à informação e transmissão do conhecimento. Bedin, Chagas e Vianna (2017, p. 737) afirmam que a biblioteca escolar é fundamental no sistema educacional “sendo considerada o local apropriado para o desenvolvimento de habilidades informacionais nos estudantes, tendo em vista que a sociedade da informação exige dos indivíduos um processo contínuo de aprendizagem”. Ademais, de acordo com Macedo (2005), “a biblioteca escolar propicia informação e idéias fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na atual sociedade-baseada na informação e no conhecimento.” Similarmente, Andrade (2008, p. 15) destaca que:

A biblioteca, instituição milenar que durante séculos garantiu a sobrevivência dos registros do conhecimento humano, tem agora seu potencial reconhecido como partícipe fundamental do complexo processo educacional. Pois pode contribuir efetivamente para preparar crianças e jovens para viver no mundo contemporâneo, em que informação e conhecimento assumem destaque central.

Há, ainda, definições que ressaltam o papel crucial da biblioteca escolar no incentivo ao hábito de ler. Conforme apontado por Santana Filho (2010, p.12), a biblioteca escolar tem função de "incentivar a leitura reflexiva, pois por meio dela o aluno terá outra concepção do texto, não como algo estático, desprovido de sentido e de valor, mas como algo real, repleto de significados e informações interessantes". Nessa mesma linha de pensamento, Leite *et al.* (2013, p. 7) destacam que:

A biblioteca escolar é um espaço de apoio educacional, didático pedagógico e cultural. Atua como um elemento de ligação entre professor e aluno na elaboração das leituras e pesquisas, busca sempre uma melhor metodologia de transmissão do conhecimento com o propósito de influenciar o gosto pela leitura tornando o aluno mais conhecedor da realidade que se encontra.

Côrte e Bandeira (2011, p. 8) apontam que a BE além de colaborar ativamente com a dinâmica da escola, desperta o interesse intelectual e favorece o enriquecimento cultural. De acordo com Hillesheim e Fachin (2004, p. 37), a biblioteca bem integrada à comunidade escolar, ao assumir suas funções e proporcionar um ambiente motivador, é o espaço onde a criança desenvolve o apreço pela leitura e se envolve com a interpretação e a história dos

livros.

Outro conceito interessante de ser destacado é aquele contido na Lei 14.837/24, a qual foi promulgada recentemente e cria um sistema para promover universalização de bibliotecas escolares. De acordo com essa nova legislação, a biblioteca escolar no Brasil passa a ser definida como “equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo”, tendo como finalidade a democratização do conhecimento, a promoção da leitura e da escrita, bem como a garantia do lazer à comunidade (Brasil, 2024).

Tendo em vista a ampla gama de definições e perspectivas sobre o conceito de biblioteca escolar apresentadas neste tópico, é evidente a importância desse ambiente no contexto educacional, pois não se limitam apenas a locais de armazenamento de livros, mas desempenham um função relevante no processo de ensino e aprendizagem, especialmente nas instituições públicas de ensino, visto que são ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento integral dos alunos e para a formação de cidadãos críticos, autônomos e participativos na sociedade.

3.2 Panorama histórico da biblioteca escolar no Brasil

Na história da educação brasileira, as bibliotecas escolares ocupam um lugar significativo como difusoras de conhecimento, informação, leitura, aprendizado e desenvolvimento intelectual dos estudantes. Desse modo, para compreender as raízes desses espaços físicos no Brasil, é essencial, antes de qualquer coisa, contextualizar a evolução do sistema educacional e a trajetória da própria educação no país.

A origem da biblioteca escolar no Brasil está estritamente relacionada à chegada dos Jesuítas no país, os quais estabeleceram esses espaços nos corredores de seus colégios durante o período colonial, entre 1549 e 1822, com o objetivo primordial de educar os colonos e catequizar os povos indígenas (Moraes, 2006 apud Silva, 2011, p. 490). Portanto, é possível afirmar que a relação entre biblioteca escolar e o contexto educativo estava diretamente associada à igreja (Silva, 2011, p. 491). Do mesmo modo, Nunes, Lira, Gehrke (2021, p. 2) revelam que durante o século XVII, a chegada de religiosos como franciscanos, beneditinos e carmelitas ao Brasil resultou na organização de bibliotecas nos colégios por eles fundados, representando as primeiras bibliotecas escolares. A abertura dessas bibliotecas monásticas foi o fator primordial que impulsionou o desenvolvimento das bibliotecas no país.

Entretanto, anos depois, esses locais foram perdendo espaço com a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal, o qual declarou o confisco de todos os bens da igreja, incluindo as bibliotecas e os acervos (Guida, 2019, p. 1). Esse acontecimento, além de ocasionar a queda dos colégios religiosos, “fez com que grande parte do acervo das bibliotecas fosse abandonado e, por conseguinte, perdido por causa da umidade e dos insetos.” (Silva, 2011, p. 493). Esse mesmo autor destaca, também, que outro fator crucial para esse declínio foi a carência de pessoal qualificado para manter e preservar o acervo. Situação semelhante à realidade atual brasileira, visto que a falta de capacitação dos profissionais encarregados e o abandono desses espaços são fatores determinantes que têm ocasionado o declínio ou inexistência de bibliotecas escolares públicas pelo país.

Apesar disso, após a chegada da Família Real e do governo português em 1808, a situação das bibliotecas no Brasil obteve mudança (Guida, 2019, p. 2). Lopes e Oliveira (2022, p. 2) ressaltam que com a diminuição da influência das escolas católicas, instituições de cunho protestante começaram a surgir pelo país, especialmente em São Paulo, a exemplo do Mackenzie College. Com essas transformações e oscilações, no final do século XIX e início do século XX, as bibliotecas escolares passaram por uma reconfiguração significativa. Isto porque apenas as bibliotecas dos colégios particulares se destacavam por adotar métodos educativos com uma forte influência religiosa, uma vez que eram frequentadas pela elite brasileira.

De maneira complementar, Silva (2011, p. 493) afirma que com o declínio dos colégios religiosos, surgiram outras instituições de ensino voltadas para a educação formal. No entanto, essas escolas e suas bibliotecas, apesar de ainda carregarem influências religiosas, passaram a se dedicar mais aos estudantes em geral, abrangendo desde o público infantil e adolescente até pais e responsáveis.

Logo depois, no século XX, em especial na década de 1930, é possível identificar características similares ao das bibliotecas escolares contemporâneas surgindo a partir desse período. Segundo Silva (2011, p. 495), a reforma educacional, liderada por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, foi um marco essencial para o reconhecimento oficial da biblioteca escolar como parte integrante do sistema de ensino. Da mesma forma, Nunes, Lira e Gehrke afirmam que:

Foi a partir das reformas educacionais que a biblioteca passou a ser vista com outros olhos, reconhecendo-se que esse espaço deveria constituir-se em um centro informativo de interesse público. A década de 1930 foi um marco nas ações reflexivas e propositivas para esse setor, pois nesse momento projetos de

promoção da leitura e de valorização da biblioteca começaram a difundir-se no país. (Nunes; Lira; Gehrke, 2021. p. 3).

Com a incorporação desses espaços no sistema educacional, a biblioteca escolar passa a desempenhar uma função essencial no processo de ensino-aprendizagem e estímulo pelo gosto à leitura. Nesse contexto, Silva (2011, p. 497) destaca que, nas décadas de 1940 e 1950, surge um discurso enfatizando a importância da composição diversificada do acervo e da participação ativa dos alunos e pais na construção da biblioteca escolar por meio de ações pedagógicas.

No que se refere a composição do acervo, entende-se que a biblioteca escolar deve possuir materiais diversos de cunho bibliográfico ou não. Já no que tange a participação de alunos e pais acredita-se que são elementos chave para que a biblioteca escolar efetive suas produções de sentido. (Silva, 2011, p. 497).

A década de 1950, por sua vez, é identificada como um marco crucial para a instalação das bibliotecas escolares no Brasil. Nesse período, o estado de Santa Catarina se destacou por instituir procedimentos legais e pedagógicos para consolidar esses espaços, conforme relatou Silva (2011). Contudo, isso não perdura por muito tempo, pois como bem observado por Silva (2011), as bibliotecas escolares em Santa Catarina enfrentaram um declínio durante as décadas de 1960/70 e início de 1980, perdendo espaço para as bibliotecas públicas.

Ainda de acordo com Silva (2011, p. 497), nota-se que, durante as décadas de 1930 a 1980, há uma falta de uma política nacional que pudesse coordenar as diversas ações entre os diferentes tipos de bibliotecas (como as escolares, públicas, universitárias, comunitárias, populares e especializadas). Em vez disso, predominavam apenas iniciativas locais isoladas, as quais foram perdendo força ao longo do tempo devido à falta de incentivo ou de uma abordagem política e governamental consistente.

Para Milanesi (1986 apud Nunes; Lira; Gehrke, 2021. p. 3), a biblioteca escolar somente passou a ser vista de forma significativa com a implementação não só do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), como também após a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), ações estas que refletiam o discurso da biblioteca escolar como um espaço fundamental para o aprendizado e estímulo à leitura. Souza (2009 apud Guida, 2019, p. 3), destaca que o PNBE, criado no mesmo ano, propôs implantar, ampliar e atualizar o acervo das bibliotecas das escolas públicas brasileiras, sendo efetivado pelo Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE) em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Contudo, Silva (2011, p. 498) destaca que, na visão de Garcez (2007), Iguma, (2012) e Fernandes (2010), embora tenham sido estabelecidas essas iniciativas, críticas foram direcionadas à PNBE por sua ênfase apenas na distribuição de livros em detrimento de políticas mais abrangentes para a biblioteca escolar, visto que, segundo visão desses autores, os livros acabavam sumindo devido à falta de um local apropriado, como uma biblioteca, à ausência de um tratamento adequado, (carência de profissionais bibliotecários) e à falta de estímulo à leitura, reflexo da pouca colaboração ou proximidade entre bibliotecários e professores (Garcez, 2007; Iguma, 2012; Fernandes, 2010 apud Silva, 2011, p. 498).

Silva (2011) complementa esse pensamento ao analisar a perspectiva histórica sobre a socialização da biblioteca escolar, observando uma desvalorização desses ambientes no cenário nacional, especialmente no setor público, no qual a ideia de socialização da biblioteca escolar, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, recebe valorização ínfima no cenário nacional. Basta observar quem tem atuado nesse ambiente: profissionais no final de suas carreiras, com falta de conhecimento, enfrentando problemas de saúde e limitações físicas, entre outros desafios. Há uma falta evidente de políticas de gestão e de contratação de profissionais especializados, isto é, de bibliotecários, para desempenhar funções organizacionais e de prestação de serviços (Silva, 2011, p. 498).

Na contemporaneidade, a situação não se difere da realidade apontada por Silva (2011). Segundo Campello *et al.* (2012, p. 2) a literatura sobre biblioteca escolar no Brasil frequentemente destaca a precariedade dessa instituição nas escolas do país. Em muitos textos, esse tema é abordado em tom de indignação, ressaltando tanto a importância da biblioteca escolar quanto suas fragilidades e deficiências, e instando os responsáveis a tomarem medidas para melhorar a situação. Campello *et al.* (2012) ainda explicam que esse sentimento de precariedade começou a ganhar forma com a publicação de um estudo em 1979 intitulado "*Avaliação das bibliotecas escolares de 1º grau na cidade de Londrina*", o qual investigou a situação real de 20 bibliotecas de escolas da rede pública estadual daquele município e confirmou as condições precárias em que funcionavam. Isso levou a percepção de que as bibliotecas escolares, como bem exposto por Cruz (1979, p. 848) e citado por Campello *et al.* (2012, p. 2), "Na realidade, a maioria não passa de um 'depósito de livros' longe de cumprir os objetivos estabelecidos pela Biblioteconomia".

Tendo em vista a historicidade desses espaços nas escolas brasileiras percebe-se que,

desde sua origem, as bibliotecas escolares têm passado por diversas transformações, refletindo as mudanças no cenário educacional do país. Apesar de terem enfrentado inúmeros desafios, tais como, a decadência dos colégios religiosos que as integravam e a falta de políticas nacionais, problema este que perdura até a atualidade, as bibliotecas escolares foram, e ainda são, cruciais para o desenvolvimento da educação e cultura no Brasil, bem como para a formação plena de estudantes. Desse modo, estudar-se-á no próximo capítulo, sobre a realidade dessas instituições no cenário brasileiro.

3.3 Situação atual das bibliotecas escolares brasileiras

Como citado anteriormente por Campello *et al.* (2012, p. 2), “A literatura sobre biblioteca escolar no Brasil é pródiga em apontar a precariedade desta instituição nas escolas do país”. Silva (1999, p. 13), em seu livro “*Miséria da biblioteca escolar*”, revela sua frustração sobre a situação desses espaços no país:

Silêncio: essa talvez seja a palavra que melhor simboliza a situação real da biblioteca escolar no Brasil. Sem dúvida, a biblioteca escolar brasileira encontra-se sob o mais profundo silêncio; silenciam as autoridades, ignoram-na os pesquisadores, calam-se os professores, omitem-se os bibliotecários. É realmente um silêncio quase sepulcral, que até faz sentido, pois a biblioteca escolar no Brasil está praticamente morta, faltando apenas enterrá-la (Silva, 1999, p. 13).

Da mesma maneira, Antunes (1986 apud Vianna; Carvalho; Silva, 1999, p. 20) observa que a presença de bibliotecas no contexto escolar é praticamente inexistente, dada a escassez de unidades em funcionamento. Vianna, Carvalho e Silva (1999, p. 20), ao tratarem do assunto de como estão as bibliotecas escolares no Brasil, fazem o seguinte questionamento: A biblioteca escolar existe? O questionamento, embora tenha sido espinhoso, é válido e importante para refletir sobre a realidade e os desafios enfrentados nas bibliotecas escolares brasileiras.

Voltando o olhar para os dias atuais, percebe-se que a situação das bibliotecas escolares brasileiras não obteve muitas mudanças. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresentado pelo coordenador-geral dos Programas do Livro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Lauri Cericato, em uma audiência pública na Câmara dos Deputados, das 180 mil escolas brasileiras, 98 mil ou 55% não têm biblioteca escolar ou sala de leitura (Câmara dos Deputados, 2018).

Segundo um levantamento conduzido pela Associação dos Membros dos Tribunais

de Contas do Brasil (Atricon, 2024), com base nos dados do Censo Escolar de 2022, evidencia-se uma alarmante deficiência em relação à presença de bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. A pesquisa revela que apenas três em cada 10 escolas públicas no país possuem bibliotecas, uma constatação que lança luz sobre a precariedade do acesso à leitura e à informação nesses ambientes educacionais. A gravidade da situação se acentua quando se analisam os dados referentes à educação infantil, no qual apenas 18% das unidades educacionais apresentam o espaço destinado à consulta e ao empréstimo de livros. Essa estatística pode ser vista no Quadro 1 e ressalta a carência de recursos fundamentais para o estímulo à leitura desde as primeiras etapas do processo educacional.

Quadro 1: Existência de Biblioteca em Escolas Públicas, por Etapa de Ensino

Etapa	Com Biblioteca	Sem Biblioteca
Infantil	14.897 (18%)	65.674 (82%)
Fundamental	33.036 (34%)	64.750 (66%)
Médio	14.026 (68%)	6.743 (32%)
Total	61.959 (31%)	137.167 (69%)

Fonte: Atricon, 2024

De maneira ainda mais preocupante, o estudo revela, no quadro 2, que mais da metade dos alunos matriculados em escolas públicas encontram-se em estabelecimentos desprovidos de bibliotecas, totalizando 52% dos estudantes. De forma mais detalhada, nota-se que nos ensinos infantil e fundamental 78% e 51% dos alunos, respectivamente, estão privados do acesso a bibliotecas nos ambientes escolares que frequentam. Segundo Vinicius Appel (2024), em site de notícias da Atricon, esses dados revelam que quase 5,2 milhões e mais de 11 milhões de crianças estão sem esse recurso essencial, que é a biblioteca escolar, para o desenvolvimento cognitivo e intelectual. Por outro lado, no ensino médio observa-se que, embora o percentual de alunos sem acesso a bibliotecas seja menor, ainda é significativo, alcançando 31% do total de estudantes, o que equivale a 2 milhões de jovens privados dessa estrutura educacional básica (Appel, 2024).

Quadro 2: Alunos Matriculados em Escolas Públicas, por Etapa de Ensino, considerando a existência de Biblioteca

Etapa	Com Biblioteca	Sem Biblioteca
Infantil	1.437.568 (22%)	5.191.401 (78%)
Fundamental	10.798.590 (49%)	11.059.995 (51%)
Médio	4.776.492 (69%)	2.118.727 (31%)
Total	17.012.650 (48%)	18.370.123 (52%)

Fonte: Atricon, 2024

Além das preocupações relacionadas à escassez de bibliotecas nas escolas públicas brasileiras, é fundamental destacar a ausência de profissionais qualificados para promover o pleno funcionamento desses espaços. De acordo com Siqueira *et al* (2021, p. 15) observa-se um grande quantitativo de bibliotecas escolares sem bibliotecários ou sendo administradas por profissionais readaptados ou por colaboradores não especializados, como professores, “além das inúmeras salas de leitura rotuladas como biblioteca escolar.”

A pesquisa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon, 2024) também aponta que, entre as escolas públicas que possuem bibliotecas, apenas 45% contam com bibliotecário. Nos estabelecimentos cuja administração é de responsabilidade dos Estados, apenas 51% têm bibliotecários, enquanto nas escolas municipais o índice cai para 39% - vide Quadro 3.

Quadro 3: Existência de Bibliotecário nas Escolas Públicas com Biblioteca, por Rede de Ensino

Rede de Ensino	Com Bibliotecário	Sem Bibliotecário
Municipal	9.353 (39%)	14.938 (61%)
Estadual	9.327 (51%)	8.798 (49%)
Federal	637 (93%)	48 (7%)
Total	19.317 (45%)	23.784 (55%)

Fonte: Atricon, 2024

Isso posto, evidencia-se não só um déficit significativo de bibliotecas em instituições de ensino público no Brasil, como também a falta de bibliotecários, fatores esses que impactam direta e indiretamente o desenvolvimento da leitura, pesquisa e aprendizagem na educação do país.

3.3.1 Acervo

O Manifesto da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) juntamente com a UNESCO (IFLA; UNESCO, 1999, p. 2-3), destaca a importância do acervo da biblioteca escolar, recomendando que ela proporcione acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos disponíveis, oferecendo oportunidades para que os alunos sejam expostos a diversas ideias, experiências e opiniões. Assim, a constituição de um acervo diversificado e adequado é essencial para o pleno funcionamento e eficácia das bibliotecas escolares. No entanto, não basta apenas constituir a biblioteca na instituição de ensino da rede pública, como também é preciso desenvolver métodos para

organização adequada para o material didático que a unidade informacional irá abarcar.

Oliveira (1979 apud Vianna; Carvalho; Silva, 1999, p. 22), descreve o acervo das bibliotecas escolares brasileiras como extremamente precário, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. O autor observa que o acervo é composto principalmente por livros doados, sugerindo uma falta de diversidade e atualização nos materiais disponíveis, além de destacar que o acervo de periódicos nas bibliotecas escolares é praticamente inexistente, o que representa uma limitação significativa no acesso a fontes de informação atualizadas e variadas.

De acordo com Furtado (2015), a presença da biblioteca escolar é fundamental no contexto do sistema educacional de um país, pois, como componente essencial do sistema de informação, pode desempenhar um papel significativo na adoção desses novos paradigmas educacionais. Entretanto, a situação das bibliotecas escolares brasileiras, de modo geral, é caracterizada por “ínfimas coleções de livros, geralmente didáticos, em locais inadequados, com um mínimo de infra-estrutura e recursos humanos sem qualificação específica.” (Furtado, 2015, p. 2).

Na mesma linha, Antunes (1986 apud Vianna; Carvalho; Silva, 1999, p. 22), ao discorrer sobre as bibliotecas da rede escolar brasileira, descreve o acervo como composto por um conjunto reduzido de livros, muitos dos quais estão envelhecidos e amarelados pelo tempo, alguns ainda utilizando uma ortografia antiga, empoeirados ou ainda constituído por “manuais didáticos descartáveis, preenchidos ou não, depositados em uma prateleira de armário da sala de professores, secretaria ou gabinete de diretor, ou então trancados para não serem danificados”. Para Milanesi (1986 apud Silva, 2003 p. 18) “visitas a bibliotecas escolares mostram com frequência acervos inúteis em espaços inadequados e sob a guarda agressivamente desinteressada de inadaptados, o que permite justificar a biblioteca como lugar de castigo”. Adicionalmente, Vianna; Carvalho e Silva (1982 apud Santos; Carmona, 1986, p. 22) classificam o acervo das bibliotecas escolares como inadequados, frequentemente em péssimo estado de conservação, chegando ao ponto de estar “[...] para não dizer literalmente caindo aos pedaços.”

Apesar do tempo decorrido desde essas afirmações, infelizmente, ainda se evidencia um descaso em relação a esses ambientes no país, pois o acervo, na maioria dos casos, permanece desatualizado, desorganizado e com pouca variedade de materiais bibliográficos. Campello (2015, p. 6), em seu estudo sobre *Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil*, expõe que esses acervos são constituídos predominantemente por livros didáticos, e em alguns casos, a biblioteca é utilizada como

espaço para armazenamento desses livros, além de que poucas bibliotecas escolares contam com recursos específicos para a aquisição de materiais. A autora revela que o “acervo é formado principalmente por material destinado aos alunos, recebido por doações, seja do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) ou de outras agências governamentais, e complementado por meio de campanhas organizadas pela própria escola.” Contudo, Campello observa que, mesmo com o aumento dos acervos das bibliotecas decorrente do envio de material pelo PNBE, implementado em 1997, muitos dos livros recebidos ainda permanecem empacotados em suas embalagens originais ou guardados em armários trancados com chave, ornando-os, indisponíveis para consulta e, portanto, subutilizados.

Diante do exposto, é fundamental ressaltar que não basta apenas disponibilizar acervos; é crucial viabilizá-los. O Projeto Mobilizador elaborado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2008, p. 7) frisa que:

[...] não é só necessário disponibilizar acervos mas, acima de tudo, viabilizar o acesso ao conjunto de saberes que este acervo possui para que, a partir do contexto da escola, do seu projeto pedagógico e da cultura geral que compõe tal conjunto de saberes que fundamentam e dão sentido ao modo de vida e à existência de cada membro da comunidade escolar, a biblioteca possa contribuir para criar mecanismos capazes de promover a superação das dificuldades de modo a alcançar os objetivos desejados pela proposta pedagógica desenvolvida no âmbito da escola.

Assim, para viabilizar o acesso aos materiais, torna-se indispensável a classificação e organização adequada do acervo. Conforme destacado por Aguiar (2013), a escolha de um sistema de classificação influencia diretamente na formação intelectual do usuário. Portanto, é imprescindível que sejam adotadas medidas para melhorar a qualidade e acessibilidade dos acervos das bibliotecas escolares, garantindo que cumpram seu papel fundamental no processo educacional e na formação dos estudantes. Sobre a definição de Classificação, Farias e Pericão (2008, p. 259 apud Araújo; Souza, 2012, p. 127) conceituam como sendo um processo mental pelo qual coisas, seres ou pensamentos são agrupados com base em suas semelhanças ou diferenças. É um sistema destinado a ordenar material bibliográfico, um método para organizar documentos nas estantes e a distribuição dos documentos de acordo com uma ordem específica estabelecida por um sistema de classificação.

Conforme afirmado por Vianna (2005, p. 45), a utilização de sistemas de classificação padronizados tem várias vantagens como, por exemplo, descrição precisa de

todos os tipos de documentos, garantindo que cada item do acervo possa ser identificado individualmente e, conseqüentemente, facilita a recuperação eficiente das informações desejadas pelos usuários. Essa capacidade de identificação e recuperação é indispensável para o funcionamento eficaz de uma biblioteca, permitindo que os usuários encontrem rapidamente os recursos necessários para suas pesquisas e estudos.

De acordo com Vaz (2012, p. 6-7), dentro desse processo em constante evolução do desenvolvimento da biblioteca, o bibliotecário deve se preocupar não apenas em adquirir novos materiais, mas também em organizar o acervo de forma a facilitar a recuperação da informação e atender às necessidades dos usuários. Desse modo, algumas bibliotecas escolares optam por formas de organização simplificadas, como a classificação por cores para agrupar os materiais. Ainda segundo Vaz (2012, p. 6-7), dentro do processo contínuo de desenvolvimento de coleções, o bibliotecário deve priorizar a organização do acervo, sempre visando à recuperação eficiente da informação para satisfazer as necessidades dos usuários. Assim, algumas bibliotecas escolares optam por métodos simplificados de organização, como a classificação por cores para agrupar os materiais.

Contudo, Vianna (2003 apud Vaz, 2012, p. 7) faz uma crítica quanto ao uso da classificação por cores:

[...] se, por um lado, esse procedimento pode parecer extremamente prático, por outro pode impedir que os alunos conheçam formas consolidadas de organização de bibliotecas com as quais certamente vão se deparar mais tarde, em sua vida escolar. As conseqüências disso podem ser observadas no comportamento de alunos que chegam às universidades: muitos deles desconhecem o funcionamento de bibliotecas e dos instrumentos que elas costumam elaborar para possibilitar a recuperação da informação.

Portanto, o tipo de classificação empregada para organizar o acervo de uma biblioteca escolar deve ser adaptado ao contexto em que está inserida. Conforme destacado por Melo e Neves (2005, p. 2 apud Cordeiro; Furtado, 2017, p. 864), a classificação de uma biblioteca precisa estar diretamente alinhada com as necessidades e expectativas dos usuários, garantindo uma recuperação mais rápida e eficiente da informação. Isso significa que a forma como os materiais são classificados deve ser pensada levando em consideração o perfil dos usuários da biblioteca, suas habilidades de busca e suas preferências de acesso à informação.

De acordo com Vaz (2012, p. 6), “Os alunos não precisam saber a CDD e a CDU, mas precisam entender a forma como a biblioteca se organiza e encontrar sentido nesta organização.” Além disso, a autora salienta que a biblioteca desempenha o papel

fundamental de desenvolver nos alunos habilidades de localização para compreenderem o arranjo da coleção, utilizando recursos como revistas, jornais, material e equipamento audiovisuais, coleções de referência, obras de ficção e não ficção, fontes biográficas, índices e internet. Aprender a utilizar esses materiais possibilita aos alunos construir seu próprio conhecimento, formar suas próprias conclusões a partir daquilo que já existe. Esse exercício estimula a curiosidade do indivíduo e instiga a busca por novas respostas, contribuindo para o desenvolvimento de um pensamento crítico e preparando melhor os alunos para enfrentarem os desafios e resolverem questões de sua comunidade. (Vaz, 2012, p. 6).

Embora o Brasil tenha vivenciado uma tentativa na mudança de mentalidade referente à biblioteca escolar, em nível global e nacional, no final do século XX e início do século XXI, tais como a criação do manifesto da UNESCO (1999), fóruns, eventos, campanhas, produções bibliográficas e mobilizações políticas, “é preciso ressaltar que, no contexto majoritário, o discurso proposto para a biblioteca escolar não tem sido efetivamente contemplado em sua prática” (Silva, 2012, p. 49). O autor denuncia que

[...] essa mentalidade discursiva de uma biblioteca escolar atuante baseada em um efetivo planejamento e gerenciamento na promoção de organização, disseminação e acesso à informação tem-se apresentado distante da realidade factual. O primeiro problema da biblioteca escolar no Brasil atenta para um termo bastante polêmico: existência. Embora seja comum o uso do termo biblioteca escolar no Brasil para se referir a espaços com livros e estantes nas escolas. Na prática, essa composição está distante do discurso articulado pelos estudiosos. (Silva, 2012, p. 49).

Por fim, depreende-se que a organização do acervo de uma biblioteca escolar é fundamental para funcionamento eficaz desses espaços, principalmente, no sentido de garantir o acesso à informação e conhecimentos por parte dos estudantes e demais usuários da escola, de modo a cumprir seu papel no processo educacional, cultural, no desenvolvimento da cidadania e formação do pensamento crítico dos alunos. Contudo, embora a literatura especializada sobre o assunto tenha destacado, inúmeras vezes, a importância vital dessas instituições para o desenvolvimento educacional dos estudantes, persiste, no Brasil, um descaso generalizado em relação ao seu acervo e à sua organização.

3.4 Biblioteca Escolar no Distrito Federal

Este capítulo se propõe a explorar a realidade das bibliotecas escolares no Distrito Federal, identificando desafios, oportunidades e perspectivas, bem como, os diferentes

aspectos que influenciam seu funcionamento, no contexto educacional local.

3.4.1 Políticas e normas nacionais e distritais

Para entender o contexto atual das bibliotecas escolares no Distrito Federal (DF) é preciso, antes de tudo, realizar uma análise das leis, regulamentações e políticas existentes que regem o funcionamento desses espaços na região e no país.

No âmbito nacional, a principal legislação que trata sobre bibliotecas escolares está contida na Lei nº 14.837 aprovada em 8 de abril de 2024, a qual altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País” (BRASIL, 2024). Desse modo, a Lei nº 14.837 foi criada para alterar os dispositivos da norma anterior, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Esta lei, como pode ser observada, foi sancionada recentemente e, por esse motivo, será discutida logo após a análise da antiga legislação (nº 12.244) que vigorou por 10 anos e dispôs sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país até 2020, estabelecendo padrões mínimos para sua instalação e funcionamento.

Segundo Silva (2012, p. 55), a Lei 12.244/10 foi “um dos motivos pelos quais a biblioteca escolar ganhou destaque [...] A Lei atende a uma reivindicação de bibliotecários e movimentos educacionais que atentam para um olhar mais cauto sobre a biblioteca escolar no Brasil. “A referida lei, de acordo com Campello *et al.* (2016, p. 40), determina que as instituições de ensino contenham não só “um acervo de livros de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado nas escolas”, como também a “ampliação desse acervo conforme sua realidade, bem como pelas diretrizes de manutenção, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares”.

No entanto, a mencionada lei enfrentou desafios significativos, tais como: falta de recursos financeiros, a carência de profissionais qualificados, a ausência de fiscalização e monitoramento adequados, as desigualdades regionais e o prazo ambicioso estabelecido para a universalização das bibliotecas de 10 anos a partir de 2010 que não foi cumprido. Campello *et al.* (2016, p. 51) relatam que a Lei nº 12.244 “foi recebida com críticas semelhantes às abordadas pelos textos acadêmicos: exiguidade da coleção, ausência da menção da origem dos recursos e inexistência de instrumentos de punição, o que torna a Lei ‘inútil’.” Para alguns críticos, a Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares foi promulgada com pelo menos 20 anos de atraso e seria dispensável se o poder público tivesse

cumprido seu papel de incentivar a leitura. Outros veem essa lei como um reflexo da incapacidade do Estado em promover o hábito de leitura na população, argumentando que simplesmente criar bibliotecas não resolverá o problema; são necessárias políticas públicas que incluam a formação adequada de professores. Ademais, aponta-se que uma biblioteca desprovida de um programa pedagógico e de mediadores qualificados não conseguirá efetivamente promover a leitura (Campello *et al.*, 2016, p. 51). Além disso, o impacto dessa lei não foi muito significativo. Conforme evidenciam Santos, Resende e Lima (2021, p. 22):

As legislações em prol da biblioteca escolar não sofreram grandes incrementos após a promulgação da Lei nº 12.244. Alguns estados demonstraram, através de proposições legislativas, engajamento na execução do proposto pela referida Lei, trazendo, em suas disposições, benefícios contemplativos à biblioteca escolar, direta ou indiretamente. No entanto, a quantidade de legislações neste íterim foi abaixo do necessário para a universalização da biblioteca escolar proposta pela Lei supracitada.

No âmbito federal, as autoras mostram que foram encontradas apenas 14 legislações referentes à Biblioteca escolar, posteriores à Lei nº 12.244 (Santos; Resende; Lima, 2021, p. 19). Dentre estas, estão:

- **Lei nº 12.244/10** – refere-se à lei anteriormente mencionada;
- **Decreto nº 11.196**, de 13 de setembro de 2022 (revoga o decreto nº 7.481/11) – “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança” (Brasil, 2022). Tem um dispositivo que trata sobre os programas de livros didáticos, bibliotecas escolares e materiais complementares, destinados a estudantes e professores da educação básica e de outros segmentos da rede pública de ensino;
- **Lei nº 12.487/11** – “Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres, incluindo as bibliotecas escolares.” (Brasil, 2011);
- **Projeto de Lei nº 28/12** – “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as

instituições públicas de ensino.” (Brasil, 2012);

- **Resolução CEB/CNE nº 6/12** – “Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio” (Brasil, 2012). No art. 20 inciso VIII trata sobre obrigatoriedade de no mínimo: biblioteca, instalações e equipamentos;
- **Lei nº 13.005/14** – “Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências” contendo vários dispositivos acerca das bibliotecas e bibliotecários nas instituições educacionais” (Brasil, 2014).
- **Resolução nº 179/17** – “Aprova o Regimento Interno do Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia” (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2017).
- **Lei nº 13.415/17** – “Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral”(Brasil, 2017).
- **Decreto nº 9.099/17** – “Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático” (Brasil, 2017).
- **Portaria nº 826/17** – “Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação – PNME” (Brasil, 2017).
- **Resolução nº 199/18** - Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. (Brasil, 2018)
- **Lei nº 13.696/18**– “Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita” (Brasil, 2018).
- **Decreto nº 11.556 de 12 de junho de 2023**– “Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023), revoga o **Decreto nº 9.765/19** que havia um dispositivo sobre biblioteca, contudo, com a nova lei não há menções sobre esse ambiente.

- **Projeto de Lei nº 9.484/18** – “Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)” (Brasil, 2019). Atualmente, o PL nº 9.484/18 foi substituído pelo Projeto de Lei 5656/19, o qual foi aprovado pela Câmara, pelo Senado e sancionado, com veto, no dia 8 de abril de 2024, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Isso posto, o mencionado PL originou a nova Lei 14.837/24, que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) e modifica a definição de biblioteca escolar estabelecendo-a como um equipamento cultural obrigatório e essencial para o desenvolvimento do processo educativo.

Contudo, percebe-se que, embora o país tenha tido um avanço com a promulgação da Lei 14.837/24, houve um retrocesso na legislação, visto que, o Decreto nº 11.556/2023 revogou outro Decreto que contemplava as bibliotecas escolares e neste último não há qualquer dispositivo na norma que aborde essas instituições.

De forma geral, as mesmas autoras demonstram que houve uma diminuição na quantidade de legislações que contemplam benefícios referentes às bibliotecas escolares, após o íterim demarcado pela promulgação da Lei nº 12.244/2010. Essa queda, segundo as pesquisadoras, ocorre pelo fato de que “o período em foco é de apenas 10 anos (maio de 2010 a agosto de 2020), enquanto no período anterior há legislações que remontam até os idos anos de 1951”. Desse modo, evidencia-se que, durante esse intervalo de tempo, apenas sete estados conseguiram implementar cinco legislações relacionadas ao tema: Rondônia, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo (Santos; Resende; Lima, 2021, p. 17).

Em contrapartida, é relevante mencionar que atualmente houve um marco importante no desenvolvimento das bibliotecas escolares no país com a criação da Lei 14.837/24, originada do projeto de lei nº 5656/19. Antes mesmo da sanção do PL pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a deputada Laura Carneiro, autora do referido projeto, em matéria obtida no portal Agência Câmara de Notícias (2024), destacou a importância deste como uma iniciativa destinada a resgatar não apenas os livros, mas também a cultura em si, fortalecendo os municípios e as bibliotecas de todas as escolas do país. Além disso, Fernanda Melchionna, durante seu discurso no Plenário da Câmara dos Deputados, destacou a importância do Conselho Federal de Biblioteconomia ao alertar sobre a relevância da Lei

nº 12.244. A deputada ressaltou que a previsão contida na lei sobre a meta de universalização das referidas bibliotecas era até 2020, a qual, infelizmente não foi efetivada. Por outro lado, enfatizou que o projeto em discussão cria o sistema nacional de bibliotecas escolares, proporcionando mais bases jurídicas para garantir a presença dessas instituições nas escolas e alinhando-as ao Plano Nacional de Educação, frisando, portanto, que a lei não é relegada para o futuro, mas está conectada com a política educacional do país.

Assim, a sanção do PL citado anteriormente resultou na promulgação da Lei 14.837, de 8 de abril de 2024. Esta legislação além de alterar a anterior (Lei 12.244), modifica a definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), indicando, dessa maneira, que as bibliotecas escolares têm um papel crucial no ambiente educacional, sendo agora vistas não apenas como locais para armazenar livros, mas como espaços destinados a promover a democratização do conhecimento, incentivar a leitura e a escrita, bem como oferecer lazer à comunidade escolar. Com essa alteração, a biblioteca nas instituições de ensino passa a ser tanto um equipamento cultural obrigatório como também um instrumento essencial para o desenvolvimento do processo educativo.

Além disso, o artigo 2º da mencionada lei elenca os seguintes objetivos relacionados à biblioteca escolar: democratização da informação e do conhecimento; a promoção de habilidades, competências e atitudes que possam contribuir do desenvolvimento da leitura e da escrita entre o alunado; a constituição de um espaço tanto de “recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino- aprendizagem” como também de “encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios” (BRASIL, 2024).

A nova lei prevê também que, para a efetuação das disposições, ou seja, para a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino, o prazo máximo é dado conforme a vigência do atual Plano Nacional de Educação (2014-2024), isto é, até o final deste ano. Ainda, o parágrafo 3º do artigo 3º da lei dispõe que, para o cumprimento dessa meta, a União deverá fornecer assistência técnica e financeira aos entes federativos, seguindo os princípios constitucionais de apoio redistributivo e supletivo no sistema educacional. Outro ponto de destaque foi a ratificação do disposto nas leis que regulamentam a profissão de bibliotecário, a saber, as Leis 4.084/1962 e 9.674/1998.

Assim, com a atual lei, a expectativa é de que a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) auxilie na implementação de bibliotecas escolares por todo o país, promova a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, viabilize a atualização e expansão dos acervos, criando uma política de desenvolvimento adequada,

desenvolva atividades de treinamento e de qualificação de recursos humanos para o funcionamento da biblioteca, dentre outras ações e funções básicas dispostas no artigo 2º - A da norma sancionada.

Já as menções à biblioteca escolar nas constituições estaduais, estão dispostas no quadro 4 elaborado pelas autoras (Santos; Resende; Lima, 2021, p. 16-17):

Quadro 4 - Legislação referente à Biblioteca Escolar – posteriores à Lei nº 12.244 – Regiões do Brasil

REGIÃO	Estado	Qt.	LEVANTAMENTO Leis/Decretos/Resoluções/Portarias e demais Legislações
NORTE	AC	01	Lei nº 2312/10
	AP	04	Lei nº 1.523/10; Lei nº 1751/13; Lei nº 1.907/15; Resolução nº 0198/18
	AM	03	Resolução nº 137/12; Lei nº 4183/15; Lei nº 364/16
	PA	01	Instrução Normativa nº 3/19
	RO	05	Lei nº 3.565/15; Resolução CEE/RO nº 1.206/16; Resolução CEE/RO nº 1.210/16; Decreto nº 23.444/18; Resolução CEE/RO nº 1.237/19
	RR	03	Lei nº 930/13; Lei nº 1.008/15; Decreto nº 25.974-E/18
	TO	01	Lei nº 2.977/15
NORDESTE	Estado	Qt.	Leis/Decretos/Resoluções/Portarias e demais Legislações
	AL	02	Decreto nº 27.736/2013; Indicação nº 659/20
	BA	04	Decreto nº 12.792/11; Resolução CEE nº 7/2015; Lei nº 13.823/17; Decreto nº 19.199/19
	CE	03	Lei nº 16.025/16; Lei nº 16.026/16; Resolução CEE N.º 459/2017
	MA	05	Lei nº 9859/13; Resolução nº 031/2018-CEE/18; Lei nº 10.868/18; Lei nº 10.995/19; Resolução nº 119 - CEE/MA/19
	PB	02	Resolução nº 118/11; Resolução nº 284/16
	PE	05	Lei nº 15.533/15; Lei nº 15.902/16; Lei nº 16.623/19; Decreto nº 48.477/19; Lei nº 16.923/20
	PI	03	Resolução CEE/PI nº 128/15; Resolução CEE/PI nº 177/15; Resolução CEE/PI nº 111/18
RN	03	Lei nº 6.751/17; Portaria-SEI nº 300/17; Lei nº 10.690/20	
SE	05	Resolução normativa nº 4/12; Resolução normativa nº 2/14; Lei nº 8.025/15; Resolução normativa nº 3/16; Lei nº 8.706/20	
CENTRO-OESTE	Estado	Qt.	Leis/Decretos/Resoluções/Portarias e demais Legislações
	DF	02	Indicação nº 11858/13; Portaria nº 380/2018
	GO	05	Resolução CEE/CP nº 5/11; Lei nº 18.320/13; Resolução CEE/CP nº 03/18; Projeto de Lei nº 1504/18; Decreto nº 9.528/19
	MT	01	Lei nº 10.111/14
MS	01	Lei nº 4.621/14	
SUDESTE	Estado	Qt.	Leis/Decretos/Resoluções/Portarias e demais Legislações
	ES	02	Lei nº 10.296/14; Indicação nº 70/18
	MG	04	Lei nº 19.481/11; Lei nº 20.623/13; Lei nº 22.627/17; Lei nº 23.197/18
	RJ	06	Deliberação CEE/RJ nº 345/14; Projeto de lei nº 1.216/15; Deliberação CEE/RJ nº 354/16; Lei nº 7.383/16; Lei nº 8.350/19; Lei nº 8.522/19
SP	06	Projeto de lei nº 572/10; Decreto nº 57.141/11; Portaria nº 5.637/11; Lei nº 16.279/16; Decreto nº 64.187/19; Indicação nº 2.220/19	
SUL	Estado	Qt.	Leis/Decretos/Resoluções/Portarias e demais Legislações
	PR	01	Resolução SEED nº 471/20
	RS	01	Lei nº 14.705/15
SC	03	Decreto nº 3.726/10; Lei nº 16.794/15; Lei nº 17.449/18	

Fonte: CRB 11, CRB 2, CRB 4, CRB 5, CRB 3, CRB 13, CRB 15, CRB 1, CRB 6, CRB 7, CRB 8, CRB 9, CRB 10, CRB 14 e levantamento realizado por Santos; Resende; Lima, 2021, p. 16-17.

No Distrito Federal, a iniciativa mais recente acerca do tema a ser analisado é o estabelecimento da Portaria nº 380, de 23 de novembro de 2018, a qual dispõe sobre as diretrizes específicas para a organização e funcionamento das bibliotecas escolares e bibliotecas escolares-comunitárias na rede pública de ensino do Distrito Federal. De acordo com essa portaria, a biblioteca escolar deve atender a uma série de critérios específicos para cumprir sua função educativa de forma efetiva. No artigo 3, inciso I, a norma destaca a necessidade da existência de um acervo diversificado, composto por diferentes tipos de

obras adequadas para pesquisa, estudo e leitura, no inciso II impõe-se que a biblioteca escolar deve contar com um “acervo bibliográfico composto de, no mínimo, 01 (uma) obra para cada aluno matriculado, cabendo à unidade escolar criar estratégias de ampliação do acervo conforme sua realidade”, no inciso VII alínea ‘c’ a portaria determina “ações de organização técnica simplificada do acervo (controle, mensuração do inventário, circulação do material bibliográfico e videográfico), bem como a recuperação física do livro”. (Distrito Federal, 2018).

Há, ainda, a Indicação nº 11.858/13, a qual “sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a implantação de biblioteca escolar no centro de Ensino Fundamental Irmã Maria Regina Velanes Regis, em Brazlândia” (CRB 1, e levantamento realizado por Santos; Resende; Lima, 2021, p. 17).

Tendo em vista todas essas medidas, observa-se uma preocupação tanto no nível nacional quanto local em promover o acesso à leitura e à cultura. No entanto, é importante perceber que os avanços na legislação, mesmo após a alteração da lei 12.144, foram poucos e há muitos desafios a serem enfrentados, tais como: a disponibilidade de recursos financeiros, a qualificação de profissionais, necessidade de políticas educacionais mais amplas para promover o hábito de leitura e o desenvolvimento das bibliotecas escolares de forma mais abrangente.

3.4.2 Situação das bibliotecas escolares no Distrito Federal

A situação das bibliotecas escolares públicas do Distrito Federal (DF) reflete as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional e cultural do Brasil. Com efeito, uma das principais questões enfrentadas pelas escolas públicas dessa região é a carência de bibliotecas escolares adequadas, bem como, a falta de profissionais qualificados para gerenciar os acervos, orientar os alunos no uso da biblioteca e promover atividades educacionais relacionadas à leitura.

A escassez de bibliotecas escolares no DF é um tema discutido desde a década de 1990, visto que a precariedade desses ambientes foi apresentada por Santos (1973 apud Vianna; Carvalho; Silva, 1982, p. 21), o qual ressaltou a existência de algumas bibliotecas operando de maneira precária no Brasil, especialmente no Distrito Federal. Além disso, o Grupo de Estudos de Bibliotecas Públicas e Escolares do Distrito Federal observou que essas bibliotecas muitas vezes são ocupadas por pessoas inadequadas para o ambiente escolar (Vianna; Carvalho; Silva, 1982, p. 23), e os serviços oferecidos são prejudicados

pela falta de pessoal disponível em determinados turnos (Vianna; Carvalho; Silva, 1982, p. 24).

Na atualidade, a situação não se difere, de acordo com os dados do Distrito Federal (2019, apud Neto, 2019), das 680 instituições de ensino da região, apenas 593 possuem biblioteca e/ou sala de leitura, sendo que 516 estão em funcionamento e 77 estão fechadas, além de que 87 unidades não possuem biblioteca escolar. De acordo com Costa Neto (2019, p. 7), o órgão de avaliação do Distrito Federal destacou, em uma análise, que das instituições de ensino da educação básica 66,23% possuem bibliotecas e/ou salas de leitura, mas em relação aos bibliotecários não há alusão.

Segundo notícia no portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal (2021), o debate em torno da situação das bibliotecas escolares públicas no Distrito Federal tem sido intensificado diante das dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional e cultural da região. O presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região, Raphael Cavalcante, alertou para o claro descumprimento da Lei, que preconiza a universalização das bibliotecas, destacando a ausência de bibliotecários como um prejuízo imensurável para a comunidade escolar. A gerente de Políticas de Leitura e Mídias Educacionais da Secretaria de Educação do DF, Sônia Maria Soares dos Reis, reconheceu o prejuízo causado pela falta de profissionais de biblioteconomia e destacou uma série de ações em curso visando ao pleno funcionamento das bibliotecas escolares. Entre essas ações, destacam-se a destinação de recursos para as bibliotecas, a previsão de novas contratações de bibliotecários e a articulação de um grupo de trabalho para regulamentar o setor.

Perdigão e Ipolito (2021, p. 134), em relato de pesquisa sobre “*Bibliotecas e bibliotecários na estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal*”, apresentam um diagnóstico negativo em relação à rede pública de bibliotecas da região:

[...] diagnóstico das bibliotecas públicas da RBPDF é muito ruim, mas o PDLL mostra uma situação ainda pior nas bibliotecas escolares do Distrito Federal. Àquela época, 2012, o Distrito Federal administrava 630 escolas pela SEDF, sendo que apenas 438 delas possuíam acervos de biblioteca: menos de 70% do total. A SEDF também geria outras nove bibliotecas diretamente. Ainda que o atendimento em todas essas mais de 400 estruturas fosse feito por um número próximo de 1000 servidores, estes, em sua maioria, eram professores readaptados ou servidores de carreiras extintas, sendo apenas 16 deles formados em Biblioteconomia, ou seja, um número que não chega à proporção de 2% (Distrito Federal, 2012 apud Perdigão; Ipolito, 2021, p. 134).

Os autores expressam sua frustração em relação a essa realidade, pois observam que o bibliotecário está praticamente ausente da estrutura estatal distrital, não sendo incluído na elaboração de políticas públicas para as bibliotecas, nem respeitado em sua área

de atuação em todos os tipos de bibliotecas. Além disso, não há um plano de carreira específico para os bibliotecários, e eles são ignorados em relação aos seus direitos e atribuições definidos na legislação federal que regula sua atuação, “deixando expressamente de ser priorizado na administração das bibliotecas escolares, tendo ignorados seus direitos e suas atribuições definidas na legislação federal que regula sua atuação” (Perdigão; Ipolito, 2021, p. 136).

Recentemente, em 12 de março de 2024, no Dia do Bibliotecário, uma decisão destacou a persistência da situação desafiadora das bibliotecas escolares no Distrito Federal. Nessa data, o Conselho Regional de Biblioteconomia – 1ª Região (CRB-1) multou a Secretaria de Educação do DF (SEEDF) pela facilitação do exercício irregular da profissão e pela ausência de bibliotecários em 476 bibliotecas de escolas públicas na região.

Nas últimas décadas, por diversas vezes, o CRB-1 dialogou com a SEEDF para superar o descumprimento da legislação que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário, mas sempre sem êxito. Outro fator preocupante é a constatação de que mais de 300 escolas públicas do Distrito Federal não contam sequer com bibliotecas, em desalinho à Lei 12.244/2010. Neste ponto, vale ressaltar que foge das atribuições do Conselho exigir o estabelecimento de bibliotecas, mas o fato foi devidamente comunicado ao Ministério Público (Conselho Regional de Biblioteconomia, 2024).

Essa realidade evidencia a precariedade das bibliotecas escolares públicas no Distrito Federal e a urgência de ações, investimentos e monitoramento adequados para garantir o funcionamento dessas instituições, a eficácia, bem como, a qualidade no apoio ao ensino, à educação e ao desenvolvimento pleno da comunidade acadêmica.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste trabalho de conclusão de curso (TCC) é do tipo descritiva, de caráter qualitativo combinada com quantitativo. As pesquisas descritivas, conforme posto por Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Sobre a pesquisa qualitativa, Prodanov e Freitas (2013, p. 70) definem como sendo uma abordagem na qual “a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados”, ou seja:

[...] o pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisado. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70).

Na pesquisa quantitativa, por sua vez, “tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 69). Contudo, os mesmos autores relatam que “é comum autores não diferenciarem abordagem quantitativa da qualitativa, pois consideram que a pesquisa quantitativa é também qualitativa essas duas abordagens” e que estas duas “estão interligadas e complementam-se”. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70-71).

Este estudo visa realizar um levantamento das práticas de organização de acervos nas bibliotecas escolares públicas do Distrito Federal. O objetivo é diagnosticar a situação dessas unidades, especialmente em relação à forma de ordenação dos recursos bibliográficos, e investigar os desafios enfrentados devido à carência de profissionais especializados.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram selecionadas bibliotecas escolares em cada uma das 33 regiões administrativas, levando em consideração as seguintes etapas escolares: jardins de infância, ensino fundamental 1º ao 4º ano, ensino fundamental 5º ao 9º ano, ensino médio. Para a coleta de dados foi elaborado um formulário utilizando o Google Forms, composto por 17 questões, abrangendo perguntas tanto abertas como também fechadas, as quais foram tratadas de forma quantitativa e qualitativa. As respostas às perguntas fechadas foram analisadas quantitativamente, enquanto as respostas às perguntas abertas foram submetidas à análise de conteúdo.

A coleta de dados por meio do formulário ocorreu entre 17 de outubro de 2022 e abril de 2023, com um segundo envio do questionário nos dias 13 e 14 de março de 2024 para aumentar a amostra. Apesar de contatos realizados por e-mails, telefonemas, mensagens diretas em redes sociais e visitas presenciais, apenas 28 respostas foram obtidas.

Além da coleta primária, foram utilizadas informações de um estudo anterior realizado no Programa de Iniciação Científica. O referido estudo envolveu, além da orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé, a coleta de dados em 16 regiões administrativas pela Karine Almeida Reis, e 17 regiões administrativas pela autora deste trabalho. Assim, para garantir uma análise abrangente, os dados provenientes do estudo anterior foram combinados com os dados coletados nesta pesquisa, totalizando uma cobertura mais abrangente.

Por meio dessa metodologia, espera-se obter uma compreensão mais ampla do cenário contemporâneo das bibliotecas escolares públicas do Distrito Federal, das práticas de organização de acervos, bem como dos desafios enfrentados devido à carência de profissionais especializado.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Despertado o interesse em investigar os métodos de classificação adotados pelas bibliotecas escolares públicas, entrou-se em contato com mais de 111 escolas da rede de ensino público de 33 regiões administrativas do Distrito Federal. Os dados analisados foram obtidos por meio da pesquisa “*Levantamento das metodologias adotadas para organização física de recursos informacionais em bibliotecas escolares públicas*” realizada no Programa de Iniciação Científica, desenvolvida pela presente autora em colaboração com a colega Karine Almeida Reis, além da orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé. Durante a execução deste programa, foram coletadas informações de 16 regiões administrativa¹ pela colega e 17 regiões administrativas² por esta autora. Desse modo, para uma análise mais abrangente e precisa dos resultados, os dados foram combinados.

Conforme visto no Gráfico 1, das bibliotecas escolares respondentes 25% são do Plano Piloto – 7 escolas; 14,3 % de Planaltina – 4 escolas; 10,7% Guará e Ceilândia – 3 escolas cada; 7,1 % de Itapoã e Samambaia – 2 escolas cada; 3,6 % são de Taguatinga, Gama, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Riacho Fundo II, São Sebastião e Paranoá – 1 escola cada.

Gráfico 1: Regiões administrativas



Fonte: Própria

Dentre as escolas que deram resposta estão: Ifb – Ceilândia; Cem 02 – Ceilândia; Ced 11 – Ceilândia; Centro de Ensino Médio Integrado do Gama – Cemi; Escola Classe Ipe - Riacho Fundo II; Centro de Ensino Médio Urso Branco – Núcleo Bandeirante; Centro de Ensino Médio 304 – Samambaia; Cem 414 de Samambaia; Cef 03 de Taguatinga; Centro Educacional Darcy Ribeiro – Paranoá; Setor Leste – Plano Piloto; Cef 306 Norte Plano Piloto, Ced Taquara - Planaltina; Cef 05 - Sobradinho; Escola Classe 03; Cef 02 de

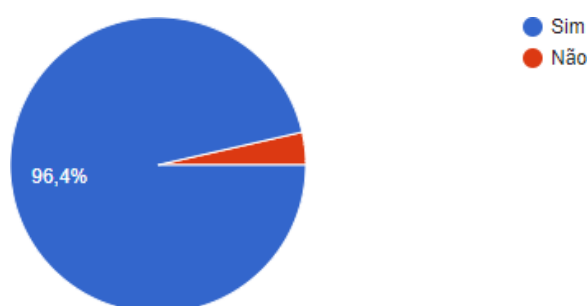
¹ São elas: Plano Piloto, Sobradinho, Sobradinho II, Planaltina, Paranoá, Guará, Cruzeiro, São Sebastião, Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Jardim Botânico, Itapoã, SIA e Fercal.

² São elas: Gama, Taguatinga, Brazlândia, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Park Way, Estrutural, Vicente Pires, Sol Nascente/Pôr do Sol, Arniqueiras.

Planaltina; Ced Stella dos Cherubins Guimarães Trois; Cef 08; Centro de Ensino Médio da Asa Norte; Cef 10 (Guará); Cef Polivalente; Cef Cerâmica São Paulo - São Sebastião; Cef 03 de Brasília; Escola Classe 08 do Guará; Cef 05 Bsb; Cef 01 do Planalto; Escola Classe 01 do Itapoã; Ced 01 do Itapoã.

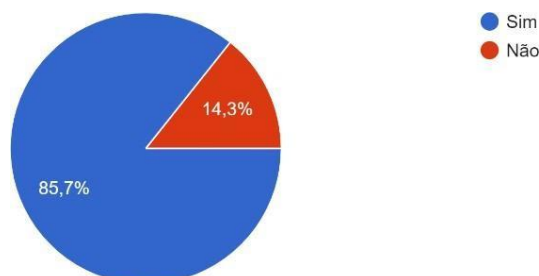
Acerca da quantidade das escolas contatadas apenas uma não possui biblioteca escolar - vide Gráfico 2 - e quatro (14,3%) não possuem profissional responsável – vide Gráfico 3. Cabe destacar que dos responsáveis pelas bibliotecas nenhum é bibliotecário.

Gráfico 2: Escolas que possuem bibliotecas



Fonte: Própria

Gráfico 3: Escolas que possuem profissionais



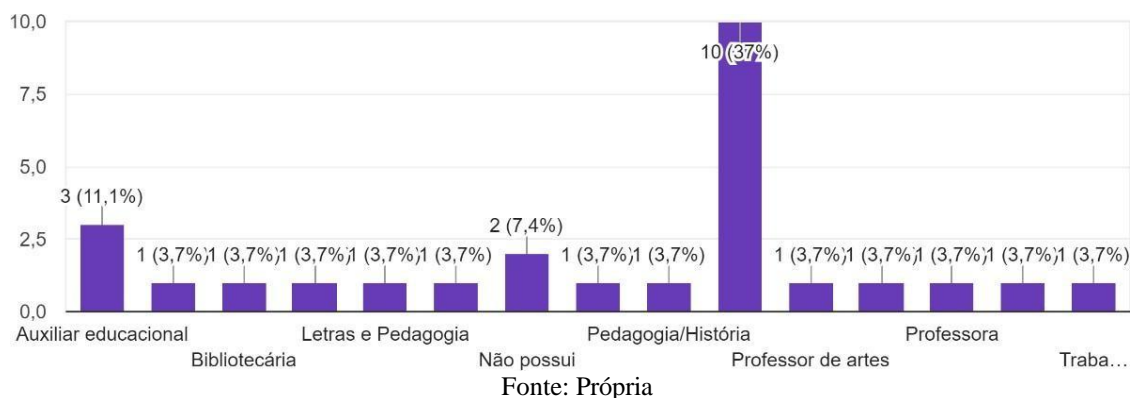
Fonte: Própria

Nas escolas públicas do Brasil, é comum não contar com um profissional de Biblioteconomia em suas bibliotecas. No Distrito Federal, a maioria dos profissionais responsáveis pelas unidades informacionais de rede pública são, na verdade, professores. Segundo Perdigão e Ipolito (2021, p. 134) “são 686 bibliotecas para mais de 700 escolas sob a responsabilidade do GDF e para estas quase sete centenas de bibliotecas, há um único bibliotecário”. Em audiência pública remota da Câmara Legislativa realizada no Dia do Bibliotecário, Raphel Cavalcante, presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1º região, relatou que “Embora existam mais de 700 escolas sob a responsabilidade do

GDF, em que se pressupõe uma biblioteca por estabelecimento de ensino, há na estrutura da Secretaria de Educação apenas uma profissional bibliotecária. É um claro descumprimento da Lei, que preconiza a universalização das bibliotecas” (Caputo, 2021).

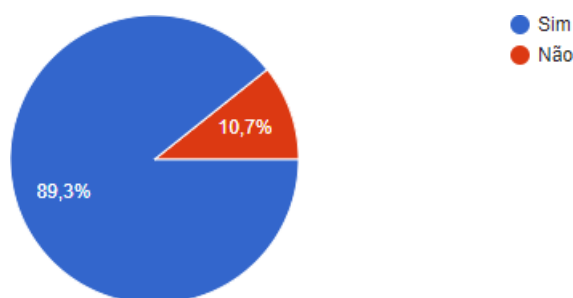
No Gráfico 4, observa-se que a maioria das bibliotecas escolares contatadas está sob a supervisão de professores graduados em áreas como Letras, Pedagogia, História e Artes, além de auxiliares educacionais, e por vezes, carecem de um responsável designado. E, embora haja a presença de uma bibliotecária, conforme indicado no Gráfico 4, é crucial ressaltar que essa profissional está alocada no Instituto Federal de Brasília (IFB) em Ceilândia, uma instituição de educação básica, superior, e profissional que está sob a responsabilidade da União. Assim, percebe-se que nas escolas sob competência do GDF, não foram encontrados profissionais formados em Biblioteconomia. Essa comparação de competências destaca ainda mais a escassez de bibliotecários nas bibliotecas escolares públicas que são controladas pela Secretaria de Educação do GDF, especialmente quando contrastada com a presença desse profissional em instituições de cunho federal.

Gráfico 4: Formação dos profissionais responsáveis pelas bibliotecas escolares



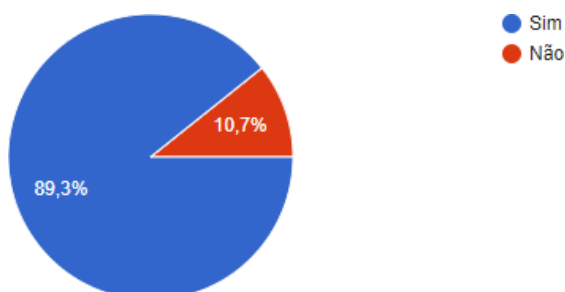
Tendo vista que o bibliotecário é uma fonte valiosa de suporte para os usuários que precisam de ajuda na pesquisa de recursos informacionais, a ausência desse profissional, além de causar um sentimento de desamparo e confusão por parte dos alunos que necessitam encontrar o material de leitura adequado, pode ocasionar tanto a desorganização do acervo, como também a inatividade das bibliotecas escolares. Isso posto, das unidades visitadas e/ou comunicadas, 3 (três) não estão organizadas – vide Gráfico 5 –, e três não estão em funcionamento – vide Gráfico 6.

Gráfico 5: Bibliotecas que estão organizadas



Fonte: Própria

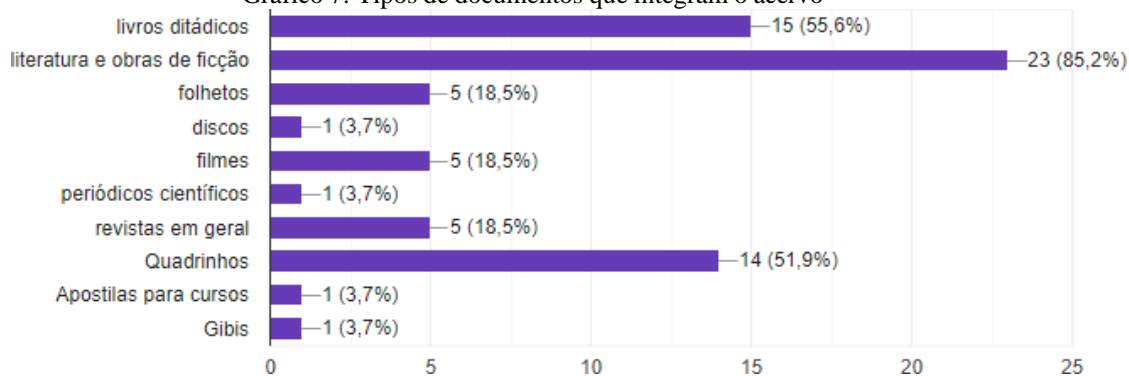
Gráfico 6: Bibliotecas que estão em funcionamento



Fonte: Própria

Mesmo não possuindo um bibliotecário, os profissionais responsáveis pela biblioteca escolar desenvolveram diversos métodos para a organização do acervo. No Gráfico 7, é possível ver quais tipos de documentos integram o acervo dessas bibliotecas. Os livros de literatura/obras de ficção são maioria (85,2%), os técnicos e científicos/didáticos vêm logo em seguida (55,6%), os quadrinhos integram 51,9%, folhetos, filme se revistas em geral integram 18,5% e os demais materiais 3,7%.

Gráfico 7: Tipos de documentos que integram o acervo



Fonte: Própria

No gráfico 8 percebe-se que maioria não soube responder quantos livros técnicos integram o acervo, por isso a importância de uma classificação bibliográfica: suporte no controle adequado dos materiais que entram, saem e compõem a unidade informacional. Além do elevado número de bibliotecas que não souberam informar o quantitativo de obras técnicas/didáticas, percebe-se que algumas unidades nem sequer possuem esse tipo de material no acervo.



Fonte: Própria

O gráfico 9, por sua vez, demonstra que os livros de ficção são predominantes, porém, percebe-se que metade (50%) dos entrevistados não souberam informar (23,1%), afirmam não ser possível saber (15,4%) ou que é impossível calcular (7,7%) quantas dessas obras estão contidas na coleção da biblioteca.



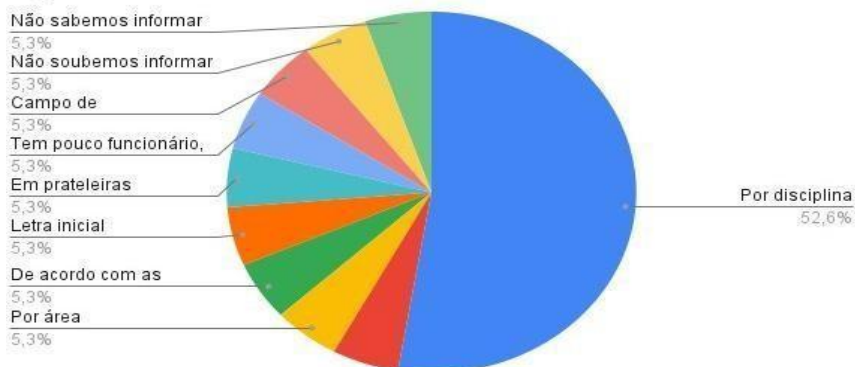
Fonte: Própria

Acerca da organização desses materiais nas estantes, o Gráfico 10 mostra que os livros técnicos e científicos estão ordenados, em sua maioria, por disciplina. Duas bibliotecas não souberam informar e uma relatou o uso da Classificação Decimal de Dewey

(CDD) mesmo com a escassez de funcionário e pouco dos referidos livros estando nas prateleiras.

Gráfico 10: Organização dos livros técnicos nas estantes

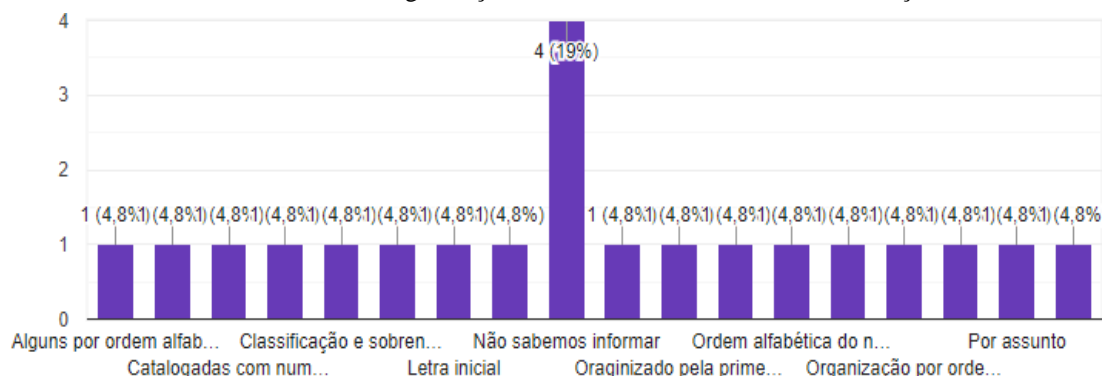
Contagem de Como os livros técnicos e científicos são organizados nas estantes?



Fonte: Própria

Enquanto isso, embora as obras literárias e de ficção sejam maioria e estejam organizadas de diversas maneiras nas prateleiras, 19% das escolas não souberam informar como esses livros estão ordenados. No Gráfico 11, é possível observar a maneira como esses materiais estão dispostos nas estantes, tais como: 28,9% por ordem alfabética do sobrenome do autor e pela primeira letra do título; 14,4 % por classificação; 4,8% por assunto, por série e pela autoria feminina, por autores nacionais e internacionais.

Gráfico 11: Organização dos livros de literatura e obras de ficção

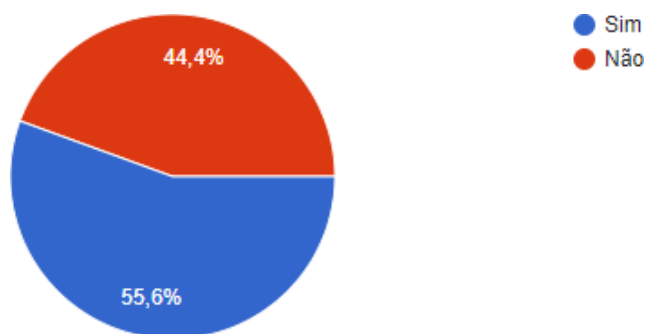


Fonte: Própria

Já as biografias, estão presentes em 55,6% das bibliotecas escolares, como visto no gráfico 12, e estão organizadas de diversas formas: algumas estão organizadas em ordem alfabética pela letra inicial do sobrenome do autor e/ou biografado; outras estão por

assunto; por coleção; CDU e CDD; colocadas juntamente com os outros livros; separadas em uma estante só para elas; e sem classificação por falta de um sistema de catalogação otimizada - vide Tabela 1.

Gráfico 12: Biografias



Fonte: Própria

Tabela 1: Organização das biografias

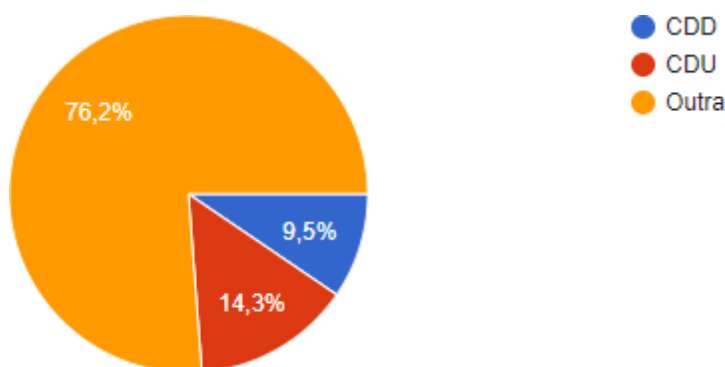
Junto com os outros livros que integram o acervo. Não há uma classificação diferenciada.
Classificação em Biografia, CDU
Junto com os outros em ordem alfabética
Por coleção
Assunto
Pelo nome do autor, em ordem alfabética
letra inicial
Todas as biografias estão juntas em uma estante
Separada em uma estante só para elas.
Ordem alfabética de biografados; no caso de coleções, por numeração dos volumes
CDD, numa estante só para biografias
Não estão organizadas em lugares especiais; estão colocadas de acordo com a letra inicial do título do livro.
Separação por autor
Não sabemos informar, porque não temos uma forma de catalogação otimizada.
Ordem alfabética

Fonte: Própria

Desse modo, constata-se que poucos livros estão classificados de maneira tradicional. O gráfico 13 evidencia este fato, expondo que apenas 14,3% utilizam Classificação Decimal

Universal (CDU); 9,5 % usam a Classificação Decimal de Dewey (CDD); e 76,2% fazem uso de outro método de organização, como por exemplo, prateleiras etiquetadas com os seguintes temas: clássicos da literatura mundial; povos indígenas; contos de fadas; meio ambiente, artes visuais, música, fábula etc.; e também por anos/das séries iniciais e finais;

Gráfico 13: Tipo de Classificação

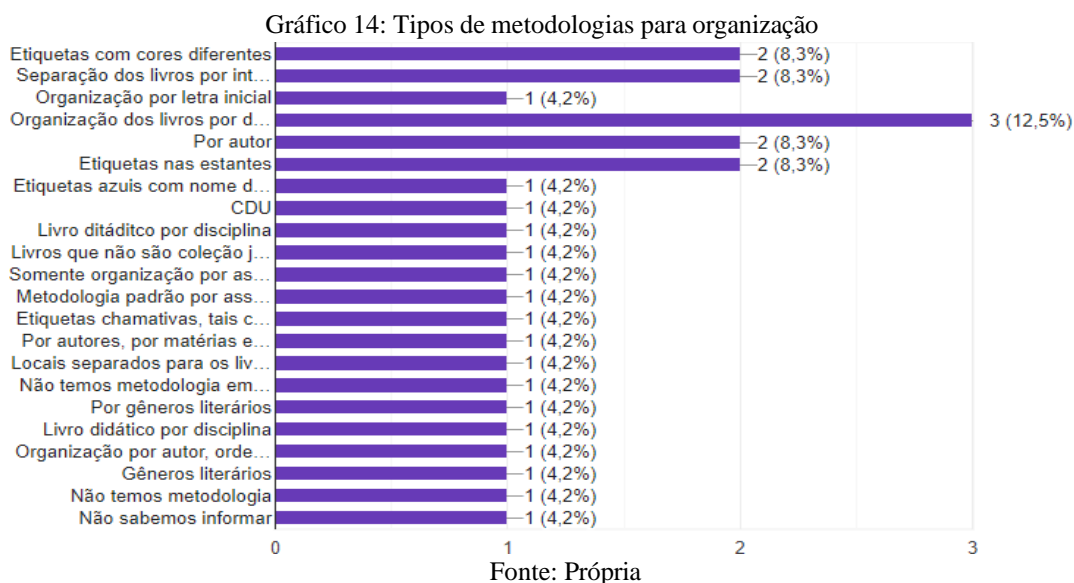


Fonte: Própria

Assim, é possível inferir que mesmo com a carência de bibliotecários nas instituições de ensino da rede pública do Distrito Federal, observa-se que os profissionais responsáveis pelas bibliotecas escolares desenvolveram diferentes métodos para organização dos materiais bibliográficos que fogem do padrão geralmente ensinado nas escolas de Biblioteconomia, ou seja, a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU).

No Gráfico 14, observam-se tais metodologias: Etiquetas com cores diferentes para cada assunto; separação dos livros por interesse e faixa etária; organização dos livros por disciplina, sendo esta a metodologia mais utilizada (12,5%); livro didático por disciplina/série; organização por autor, ordem alfabética e coleções; livros que não são coleção juntos e coleções em outras estantes; etiquetas azuis com nome dos autores por séries; gêneros literários; etiquetas chamativas, tais como: "aventura"; "história de arrepiar"; "bruxas", "parlendas"; "diversidade" etc.; locais separados para os livros mais lidos e mais procurados no momento, assim como para os lançamentos. Adicionalmente, 12,6% dos casos relatam não seguir uma metodologia específica ou desconhecem qual é utilizada.

No entanto, é importante destacar que essas soluções alternativas podem não ser suficientes para suprir a falta de expertise técnica e conhecimento especializado em Biblioteconomia, pois a presença de um bibliotecário qualificado é fundamental para garantir uma gestão eficiente da biblioteca escolar, promovendo o acesso equitativo à informação e apoiando o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos.



A biblioteca escolar do CEM 02 – Ceilândia, por exemplo, organiza os livros de ficção por ordem alfabética do sobrenome do autor e as obras que são seriadas são separadas por séries de acordo também com o autor. Contudo a responsável pela biblioteca relatou dificuldade em manter um controle de entrada e saída dos livros, de organizar os livros sem o conhecimento específico acerca da área de classificação, assim como relatou não saber ao certo quanto livros integram o acervo por falta de uma ferramenta de controle técnico dos materiais. Mesmo que de forma improvisada, na Figura 1 é possível ter uma ideia de como essas obras são organizadas: uma etiqueta com a letra “C” é utilizada para indicar a primeira letra do sobrenome do autor na prateleira.

Figura 1: Biblioteca escolar do CEM 02



Fonte: Própria

Como já discutido anteriormente, é mais comum encontrar os livros didáticos organizados por disciplina nas bibliotecas escolares. Um exemplo claro disso pode ser observado na organização da biblioteca do CEM 02 de Ceilândia, onde os livros técnicos são dispostos nas prateleiras de acordo com os assuntos abordados. A Figura 2 ilustra essa prática, mostrando etiquetas nas prateleiras que sinalizam as disciplinas às quais os livros pertencem, como História geral do Brasil, Literatura, Gramática, Sociologia e Filosofia.

Figura 2: Livros técnicos organizados na biblioteca do CEM 02



Fonte: Própria

Enquanto isso, ao examinar a Figura 3, nota-se uma prática interessante de organização na biblioteca. As obras seriadas são colocadas em uma estante específica, distinta das demais, o que facilita a identificação e acesso por parte dos usuários. Além disso, chama a atenção o uso de papel de cor azul para indicar os nomes dos autores das obras, proporcionando uma visualização clara, intuitiva e convidativa para os usuários que buscam obras específicas ou desejam explorar o acervo disponível. Assim, embora fuja dos padrões de ordenação bibliotecária e seja feita de forma improvisada, essa estratégia demonstra um cuidado adicional na organização do espaço, bem como mostra uma preocupação na apresentação visual do acervo.

Figura 3: Séries na biblioteca do CEM 02



Fonte: Própria

Outra abordagem adotada para a organização de livros nas bibliotecas escolares estudadas é o uso de etiquetas nas prateleiras para indicar a letra inicial dos títulos dos livros ou para categorizar os livros com base no tipo de literatura. A biblioteca do CEF 05 de Sobradinho, por exemplo, utiliza etiquetas contendo letras do alfabeto para facilitar a localização de livros em uma classificação alfabética da primeira letra do título – vide Figura 4.

Figura 4: Biblioteca do CEF 05 de Sobradinho



Fonte: Karine Almeida Reis

Além disso, a mesma biblioteca implementa mais uma alternativa para a organização. A Figura 5 demonstra que, nas prateleiras, há indicações de categorias como "Romance", "Poesia", "Contos e Crônicas"; "Literatura Clássicos Brasileiros"; "Crônicas e Poesias"; "Mitologia"; "Série Vaga-Lume e Lygia Bojunga" – a primeira corresponde a uma coleção de livros brasileiros voltada para o público infantojuvenil, a segunda é uma importante escritora brasileira de livros infantis e juvenis; "Coleção Desventuras em série"; "Projeto Veredas". Há também, além da indicação da escritora citada acima, prateleiras reservadas para obras do Monteiro Lobato e Ziraldo, principais escritores que trabalharam a ilustração na literatura infanto-juvenil brasileira.

Figura 5: Categorias na biblioteca do CEF 05 de Sobradinho



Fonte: Karine Almeida Reis

Ademais, torna-se pertinente ressaltar a presença, na mencionada biblioteca, de uma estante estrategicamente posicionada, a qual está acompanhada por um cartaz marcante com a seguinte mensagem provocativa "Você já leu um livro hoje?".

A estante em questão pode ser evidenciada na Figura 6, na qual nota-se a disposição de diversos livros postos de forma aleatória no móvel, mas que foram selecionados com o intuito de atrair a atenção dos alunos e incentivá-los a praticar a leitura.

Por conseguinte, infere-se, a partir dessa disposição visual, que essa iniciativa busca não apenas tornar a leitura mais acessível, mas também tem o objetivo de despertar o

interesse dos estudantes por diferentes gêneros e temas literários, promovendo, pois, uma cultura de leitura mais ampla, diversa e inclusiva.

Figura 6: Estante na biblioteca do CEF 05 de Sobradinho



Fonte: Karine Almeida Reis

A partir do levantamento das metodologias adotadas para organização física de recursos informacionais em bibliotecas escolares públicas do Distrito Federal, foi possível reconhecer que os métodos desenvolvidos pelos responsáveis por esses espaços são válidos e interessantes de serem analisados.

No entanto, a falta de um bibliotecário para realizar a organização e classificação de livros nessas unidades informacionais gera diversas consequências como: desorganização, assim como, desatualização do acervo; e perda de informações importantes, pois se os livros não são classificados de forma adequada, pode haver confusão sobre onde eles devem ser colocados na biblioteca, dificultando mais para os alunos encontrarem os livros que precisam. Esta realidade pode ser evidenciada na análise das respostas obtidas durante o estudo, pois o uso de expressões como "impossível calcular devido à ocorrência de desvios", "não sei informar" ou até mesmo "nenhum", ou seja, não utiliza nenhuma organização, foram frequentes e indicam uma gestão deficiente no acompanhamento do fluxo de entrada, saída e retorno de materiais ao acervo.

6 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Apesar da carência de bibliotecários nas instituições de ensino da rede pública do Distrito Federal, observa-se que os profissionais responsáveis pelas bibliotecas escolares, desenvolveram diversos métodos para organização do acervo que fogem do padrão geralmente utilizado na biblioteconomia, ou seja, CDD e CDU.

Nas escolas do ensino médio, cujo contato foi mais fácil de ser obtido, foi observado que os materiais, em sua maioria livros de ficção, estão ordenados por ordem alfabética de título ou pela primeira letra do sobrenome do autor e, por vezes, por série. Nas escolas voltadas para o público infantil encontrou-se uma biblioteca escolar em que seus materiais bibliográficos estavam organizados nas prateleiras por interesse e faixa etária. Já na de nível fundamental, a classificação do acervo foi realizada de acordo com a ordem alfabética do título do livro; por categorias de gênero como, por exemplo, "Romance", "Poesia", "Contos e Crônicas"; "Mitologia"; e uma estante chamativa na qual há diversos livros postos de forma aleatória no móvel, mas que contribuem para atrair a atenção dos alunos e incentivá-los a explorar o acervo.

Assim, percebe-se que as escolas têm desenvolvido metodologias de organização simples e improvisadas, as quais refletem a criatividade e adaptabilidade dos profissionais responsáveis, porém, essas práticas como bem observadas na análise dos dados, têm diversas limitações. Nota-se certa dificuldade em gerir a biblioteca escolar, muitos dos profissionais responsáveis por esses ambientes relataram não saber quantos livros integram o acervo ou de que forma os livros de literatura e obras de ficção estão organizados, além de mencionarem certa dificuldade em ter um controle de entrada e saída dos livros, o que resultava em perda ou roubo de itens da biblioteca.

Esses desafios podem impactar negativamente a experiência do estudante, visto que essas práticas podem ocasionar desorganização do acervo, o que pode fazer com que o aluno tenha dificuldade em encontrar os livros que precisa para pesquisas, projetos escolares ou até mesmo desencorajar o interesse pela leitura entre os alunos, já que a dificuldade em encontrar livros interessantes pode tornar a experiência desagradável e frustrante; pode causar também desatualização do acervo, pois sem um bibliotecário para gerir a aquisição e descarte de livros, os materiais disponíveis podem ficar obsoletos, privando os alunos do acesso a conteúdos mais recentes; pode gerar também a perda da competência educacional, visto que a biblioteca escolar é essencial para promover habilidades de pesquisa, pensamento crítico e aprendizado independente, entretanto, sem

organização adequada e orientação de um bibliotecário, esse potencial educativo pode não ser plenamente realizado.

Além disso, fica evidente que a presença de bibliotecários qualificados é fundamental para implementar métodos de organização eficazes, baseados em princípios da Biblioteconomia. Por meio desses métodos, é possível promover uma gestão mais eficiente dos acervos, facilitando a localização dos materiais e contribuindo para a qualidade da educação oferecida aos estudantes.

Existem várias vantagens em utilizar a classificação de livros de acordo com os métodos tradicionais de Biblioteconomia nas bibliotecas escolares. Algumas das principais vantagens incluem: facilidade na localização dos livros e economia do tempo do usuário, pois com a classificação adequada, os livros ficam organizados em categorias específicas, o que facilita a localização pelos alunos e professores, evitando, portanto, frustrações; promoção da leitura e auxílio no aprendizado, visto que com a organização correta dos materiais os usuários podem ter uma visão mais clara do que está disponível na biblioteca, ajudando-os a encontrar obras que tenham interesses, o que pode incentivar a leitura, fundamental para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes; por fim, melhora a qualidade do acervo, pois com a classificação apropriada, o bibliotecário pode identificar lacunas e trabalhar para preenchê-las com livros relevantes e atualizados, além de possibilitar uma gestão mais eficiente da biblioteca evitando a perda de livros e permitindo um bom planejamento para futuras aquisições de materiais que estejam de acordo com as necessidades dos alunos e professores.

Ademais, a análise da legislação nacional e distrital realizada no tópico 3.4.1 da revisão de literatura, revela um cenário complexo no que diz respeito às bibliotecas escolares no Brasil e, em especial, no Distrito Federal. A Lei nº 12.244/2010, embora tenha estabelecido padrões importantes para a universalização dessas instituições, enfrentou obstáculos significativos em sua implementação. A carência de recursos financeiros, a falta de profissionais qualificados e as desigualdades regionais foram apenas alguns dos desafios que comprometeram a eficácia da lei. No entanto, a promulgação da Lei nº 14.837/2024 representou um avanço significativo com a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) e a modificação da definição de biblioteca escolar, oferecendo um reconhecimento mais amplo do papel dessas instituições na educação e expectativas para a manutenção desses espaços. No âmbito distrital, foram encontradas apenas duas normas: a Portaria nº 380/2018, a qual estabeleceu diretrizes específicas para a organização e funcionamento das bibliotecas escolares e bibliotecas escolares-comunitárias na rede

pública de ensino; e a Indicação nº 11.858/13 que sugere ao Governador do DF a implantação de uma biblioteca escolar no centro de Ensino Fundamental Irmã Maria Regina Velanes Regis, em Brazlândia.

O mapeamento da legislação relativa às bibliotecas escolares no Brasil e no Distrito Federal revela uma realidade marcada por desafios, precariedade e escassez de normas, visto que embora existam leis abarcando o tema em questão, ainda há muito o que ser feito para garantir o pleno funcionamento e a qualidade dessas instituições como, por exemplo, medidas acompanhadas de recursos adequados, de esforços que garantam a presença de bibliotecários nesses ambientes, bem como o desenvolvimento de políticas de acervo e educacionais abrangentes.

Por fim, o estudo das bibliotecas escolares públicas do Distrito Federal revelou uma realidade complexa e desafiadora. A ausência de profissionais qualificados em Biblioteconomia e a falta de recursos adequados têm impactado diretamente na organização e no funcionamento dessas instituições, essenciais para o desenvolvimento educacional e intelectual dos estudantes.

Tendo em vista o panorama desafiador identificado durante esta pesquisa, verifica-se a urgência de medidas que visem a valorização e o fortalecimento das bibliotecas escolares públicas, pois somente por meio de investimentos adequados e do reconhecimento da importância de uma política de organização do acervo e da presença do bibliotecário, será possível garantir não apenas acesso democrático ao conhecimento e ao aprendizado, como também o pleno usufruto gratuito da leitura, do lazer e da educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Eugênia Albino. A biblioteca faz a diferença. *In*: Campello, Bernadete Santos *et. al.* **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

Apenas 3 em cada 10 escolas públicas do Brasil possuem biblioteca. Disponível em: <<https://tcero.tc.br/2024/02/29/apenas-3-em-cada-10-escolas-publicas-do-brasil-possuem-biblioteca/>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

APPEL, Vinicius. **Apenas 31% das escolas públicas brasileiras possuem biblioteca.** Disponível em: <<https://atrimon.org.br/apenas-31-das-escolas-publicas-brasileiras-possuem-biblioteca/>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

BEDIN, Jéssica; CHAGAS, Magda Teixeira; VIANNA, William Barbosa. A contribuição do bibliotecário escolar na formação de estudantes pesquisadores no ensino médio. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 13, p. 733– 760, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/917>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BIBLIOTECA escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Ed. SENAC. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5656, de 23 de outubro de 2019.** Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília, Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139562>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024.** Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/114837.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

CÂMARA aprova projeto que incentiva a criação e a melhoria de bibliotecas no País. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1040520-camara-aprova-projeto-que-incentiva-a-criacao-e-a-melhoria-de-bibliotecas-no-pais/>. Acesso em: 7 mar. 2024.

CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* **A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPELLO, Bernadete *et al.* Situação das bibliotecas escolares no Brasil: o que sabemos? **Biblioteca Escolar em Revista**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1-29, 2012. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2012.106555. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106555>. Acesso em: 3 mar. 2024.

CAMPELLO, Bernadete; BARBOSA, Ricardo Rodrigues; PROENÇA, Samuel Gonçalves. Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 609–624, 2018. DOI: 10.26512/rici.v11.n3.2018.10397. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/10397>. Acesso em: 3 mar. 2024.

CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 17-30. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/gebe/downloads/104.pdf>. Acesso em: 3 março 2024.

CAMPELLO, Bernadete *et al.* A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da lei 12.244. **Ponto de Acesso**, v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13609>. Acesso em: 3 mar. 2024.

CAPUTO, Denise. **Com apenas um bibliotecário na secretaria de Educação, GDF descumpre lei federal**. Câmara Legislativa do Distrito Federal, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/com-apenas-um-bibliotec-c3-a1rio-na-secretaria-de-educa-c3-a7-c3-a3o-gdf-descumpre-lei-de-bibliotecas-escolares>. Acesso em: 7 mar. 2024.

CE APROVA criação do sistema nacional de bibliotecas escolares. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/08/29/ce-aprova-criacao-do-sistema-nacional-de-bibliotecas-escolares>. Acesso em: 3 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). **A Biblioteca Escolar**. Brasília, 2023. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1404>. Acesso em: 7 mar. 2024

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA. **CRB-1 multa SEEDF pela facilitação do exercício irregular da profissão e pela inexistência de bibliotecários em 476 bibliotecas de escolas públicas do DF**: Conselho propôs Termo de Ajuste de Conduta (TAC), mas não houve adesão. [S. l.], 12 mar. 2024. Disponível em: <https://crb1.org.br/site/2024/03/crb-1-multa-seedf-pela-facilitacao-do-exercicio-irregular-da-profissao-e-pela-inexistencia-de-bibliotecarios-em-476-bibliotecas-de-escolas-publicas-do-df/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CÔRTE, Adelaide Ramos; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca Escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

COSTA NETO, Antonio Gomes da. Estudo Sobre a Biblioteca Escolar, os Bibliotecários e os Técnicos em Biblioteconomia da Educação Pública do Distrito Federal. **Revista Eletrônica Multidisciplinar Facear**, v. 2, p. 1-15, 2019. Disponível em: [http://revista.facear.edu.br/artigo/\\$/estudo-sobre-a-biblioteca-escolar-os-bibliotecarios-e-os-tecnicos-em-biblioteconomia-da-educacao-publica-do-distrito-federal](http://revista.facear.edu.br/artigo/$/estudo-sobre-a-biblioteca-escolar-os-bibliotecarios-e-os-tecnicos-em-biblioteconomia-da-educacao-publica-do-distrito-federal). Acesso em: 1 mar. 2024

COSTA NETO, Antonio Gomes da. O Sistema de Bibliotecas Escolares do Distrito Federal. **Revista Gestão Universitária**, v. 13, 2020. Disponível em:

<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos/o-sistema-de-bibliotecas-escolares-do-distrito-federal>. Acesso em: 1 mar. 2024.

COSTA NETO, Antonio Gomes da. Os técnicos em Biblioteconomia e as bibliotecas escolares do Distrito Federal. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 26, 22 de outubro de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/26/os-tecnicos-em-biblioteconomia-e-as-bibliotecas-escolares-do-distrito-federal>. Acesso em: 09 mar. 2024.

CRB-1 multa SEEDF pela facilitação do exercício irregular da profissão e pela inexistência de bibliotecários em 476 bibliotecas de escolas públicas do DF - Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região: CRB-1. Disponível em: <https://crb1.org.br/site/2024/03/crb-1-multa-seedf-pela-facilitacao-do-exercicio-irregular-da-profissao-e-pela-inexistencia-de-bibliotecarios-em-476-bibliotecas-de-escolas-publicas-do-df/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 380, de 23 de novembro de 2018**. Dispõe sobre a organização e funcionamento das bibliotecas escolares e bibliotecas escolares-comunitárias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 out. 2018. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=042da4ca93494c479fff b17c7b085875. Acesso em: 3 mar. 2024.

FURTADO, Cassia Cordeiro; CORDEIRO, Larissa Silva. Estudo de usuários da informação: uma análise do sistema de classificação por cores na biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 13, p. 860–871, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/989>. Acesso em: 4 mar. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GUIDA, Rosemarilany Barbosa. **Breve histórico da biblioteca escolar no Brasil**. Repositório - FEBAB, 2024, Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2993>. Acesso em: 29 fev. 2024.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 64-79, 1999. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/340/403>. Acesso em: 29 fev. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA); UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**, 2000. Disponível em: <https://www.ifla.org/>. Acesso em: 9 mar. 2024.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 2. Ed. Piracicaba: UNIMEP, 1999.

LOPES, Leonardo Montes. RIBEIRO, Bruno Oliveira. Biblioteca escolar: trajetória histórica, panorama atual e políticas públicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 5, n. 7, p. 64-86, 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/biblioteca-escolar>. Acesso em: 29 fev. 2024.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

NUNES, Maristela Aparecida; LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; GEHRKE, Marcos. Abiblioteca escolar e as crianças: novos conceitos, velhos desafios. **Acta Scientiarum Education**, v. 43, n. 1, p. e47845, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/47845>. Acesso em: 09mar. 2024.

NUNES, Martha Suzana Cabra; SANTOS, Flaviana de Oliveira. Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p. 3–28, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/24116>. Acesso em: 29 fev. 2024

PAJEÚ, Hélio Márcio; ALMEIDA, Arthur Henrique Feijó de. A mediação cultural na biblioteca escolar e o bibliotecário infoeducador. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 18, n. 00, p. e020025, 2020.DOI: 10.20396/rdbci.v18i0.8660541. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8660541>. Acesso em: 11mar. 2024.

PERDIGÃO, Daniel; IPOLITO, Michelle Zampieri. Bibliotecas e bibliotecários na estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 6, n. 2, p. 121–139, 19 dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/45549>. Acesso em: 1 mar. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Universidade FEEVALE, 2013. 276 p.

SANTANA FILHO, Severino Farias de. **O papel da biblioteca escolar na formação do leitor**. Disponível em: http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais15/. Acesso em: 29 fev. 2024.

SANTOS, Andrea Pereira dos; LIMA, Myriam Martins; RESENDE, Vanessa Ferreira de Almeida. A legislação da biblioteca escolar nos estados pós lei 12.244: o que mudou?. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, n., 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1490>. Acesso em: 4 mar. 2024.

SANTOS, Inácia Rodrigues dos. A biblioteca escolar e a atual pedagogia brasileira. **Revistade Biblioteconomia de Brasília, [S. l.]**, v. 1, n. 2, p. 145–149, 1973. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/23793>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. **Revista ACB**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 489–517, 2011. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>. Acesso em: 1 mar. 2024.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza *et al.* Panorama da biblioteca escolar no Brasil: legislação e ações. **Revista ACB**, v. 26, n. 1, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1754>. Acesso em: 10 maio. 2024.

VIANA, Márcia Milton; CARVALHO, Natália Guiné de Mello; SILVA, Rosana Matos da. Entre luz e sombra: uma revisão de literatura sobre biblioteca escolar. *In*: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: espaço de ação pedagógica, 1., 1998, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1999. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/104.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2024.